



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEO/UNIFAP**



**IVANILDO LUCIANO DA LUZ**

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NO EXTREMO NORTE DO AMAPÁ: O Distrito de  
Vila Velha do Cassiporé e sua gente**

MACAPÁ/AP  
Novembro/2024

IVANILDO LUCIANO DA LUZ

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NO EXTREMO NORTE DO AMAPÁ: O Distrito de Vila Velha do Cassiporé e sua gente**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Área de Concentração: Produção, Análise e Gestão do Território na Amazônia. Linha de Pesquisa: **Sociedade e Dinâmicas Territoriais**.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daginete Maria Chaves Brito.

MACAPÁ/AP  
Novembro/2024

**IVANILDO LUCIANO DA LUZ**

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NO EXTREMO NORTE DO AMAPÁ: O Distrito de Vila Velha do Cassiporé e sua gente**

TERRITORIAL DYNAMICS IN THE FAR NORTH OF AMAPÁ: The District of Vila Velha do Cassiporé and its people

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

DATA DE APROVAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Profª Drª Daginete Maria Chaves Brito - Orientadora (PPGEO/UNIFAP)

---

Prof. Dr. Alexandre Luiz Rauber - Examinador Interno (PPGEO/UNIFAP)

---

Profª Drª Luciana Martins Freire - Examinadora Externa (UFPA)

---

Profª Drª Eliane A. Cabral da Silva - Examinadora Interna (PPGEO/UNIFAP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP  
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

---

L979d Luz, Ivanildo Luciano da.  
Dinâmicas territoriais no extremo Norte do Amapá: o distrito de Vila Velha do Cassiporé e sua gente / Ivanildo Luciano da Luz. - Macapá, 2024.  
1 recurso eletrônico. 88 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Macapá, 2024.

Orientadora: Profª Drª Daginete Maria Chaves Brito.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. População tradicional. 2. Áreas protegidas. 3. Território. I. Brito, Daginete Maria Chaves, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 338.98115

---

LUZ, Ivanildo Luciano da. **Dinâmicas territoriais no extremo Norte do Amapá**: o distrito de Vila Velha do Cassiporé e sua gente. Orientadora: Profª Drª Daginete Maria Chaves Brito. 2024. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Geografia. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2024.

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança; Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades”.*

*Luís de Camões*

## **DEDICATÓRIA**

A minha família e as bênçãos e virtudes divinas que contribuíram como estrelas que brilham e nos guiam, estiveram presentes nos momentos de que mais necessitavam do apoio, especialmente ainda no período pandêmico, mas que tudo isso serviu para o crescimento como cidadão e educador, almejante de uma sociedade mais justa e fraterna.

Aos professores do programam de Mestrado e, em especial, a orientadora, amigos que participaram do PPGE0/2022 que direta e indiretamente nos momentos mais difíceis me encorajou nesta jornada, foram alicerces para a edificação profissional como apoios, incentivo e busca de novos aprimoramentos que elevação humana dentro de uma perspectiva cristã.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela luz da vida e do conhecimento que adquirimos ao longo do curso da existência, do amor que nos vitaliza nessa jornada, têm dado a perseverança e o desejo de continuar vivendo.

Aos meus pais (in memoria), que com sacrifícios e esforços me educaram para vida com os semelhantes, filhos e esposa que sempre me encorajaram, acreditaram no sucesso, acompanhando e corroborando para a conclusão desse trabalho.

## RESUMO

O propósito da pesquisa que subsidiou esta dissertação é reflexionar sobre a dinâmica das relações do território em interfase com a realidade social no espaço geográfico que persiste na preocupação e na produção científica de vários pesquisadores. A análise da formação social e territorial na fronteira norte amapaense, abordando, analisando e avaliando os conflitos para compreender o presente, construindo conhecimentos como ferramenta para subsidiar e fundamentar ações estratégicas de política de maneira preventiva e proativa, em cada esfera de governo e demais processos de planejamento, implementações de ações mitigadoras e atenuadoras dos problemas ali existentes. Como questão norteadora da pesquisa, estruturou-se: Como a população de Vila Velha do Cassiporé, no município de Oiapoque/AP, vem construindo seu território e sua territorialidade e quais suas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade socioambiental obedecendo às limitações impostas pelas legislações de proteção da área? Neste sentido, seu objetivo geral foi 'Analisar a formação do território e da territorialidade na comunidade de Vila Velha do Cassiporé, no contexto do Parque Nacional do Cabo Orange, da Terra Indígena Uaçá, do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Vila Velha do Cassiporé e da comunidade quilombola de Vila Velha do Cassiporé, no município de Oiapoque, no estado do Amapá'. Destaca-se que o povoamento de Vila Velha do Cassiporé possui pelo menos quatro séculos e a sua população constroem relações com outras localidades. Os moradores vivem em relativo isolamento geográfico, caracterizando como um local de repulsão social, mesmo assim, vivem cerca de 319 indivíduos, na sua maioria adultos. O território foi palco de litigância pela posse e domínio por colonizadores europeus e ao longo do seu processo histórico passou por alguns momentos de prosperidade econômica, como por exemplo, quando a extração (garimpagem e mineração) de ouro na região era determinante para a economia. Porém, atualmente, percebe-se um declínio populacional e baixa dinâmica econômica do distrito. Conclui-se que são raras as intervenções públicas que potencializam a melhoria social da comunidade ou minimizam a sua vulnerabilidade social e ambiental. A implementação de áreas legalmente protegidas não foram indutores do desenvolvimento socioambiental no território e, provocaram conflitos locais, especialmente quando da definição dos limites do Parque Nacional, que diminuiu a área territorial de vivência e uso tradicional da pesca, do cultivo, da pecuária e da extração de açai. Por outro lado, aos moradores não são disponibilizadas condições mínimas de ocupar e produzir nos seus lotes, tanto que é perceptível o abandono de locais de produção.

**Palavras chaves:** População Tradicional. Áreas protegidas. Território. Cultura.

## ABSTRACT

The purpose of the research that supported this dissertation is to reflect on the dynamics of territorial relations in interface with social reality in geographic space that persists in the concern and scientific production of several researchers. The analysis of social and territorial formation on the northern border of Amapá, addressing, analyzing and evaluating conflicts to understand the present, building knowledge as a tool to support and substantiate strategic policy actions in a preventive and proactive manner, in each sphere of government and other processes planning, implementation of mitigating and mitigating actions to existing problems. As a guiding question for the research, it was structured: How the population of Vila Velha do Cassiporé, in the municipality of Oiapoque/AP, has been building its territory and its territoriality and what are its perspectives for socioeconomic development and socio-environmental sustainability, obeying the limitations imposed by legislation of area protection? In this sense, its general objective was to 'Analyze the formation of territory and territoriality in the community of Vila Velha do Cassiporé, in the context of the Cabo Orange National Park, the Uaçá Indigenous Land, the Vila Velha do Cassiporé Agrarian Reform Settlement Project and from the quilombola community of Vila Velha do Cassiporé, in the municipality of Oiapoque, in the state of Amapá'. It is noteworthy that the settlement of Vila Velha do Cassiporé is at least four centuries old and its population builds relationships with other locations. The residents live in relative geographic isolation, characterizing it as a place of social repulsion, even so, there are around 319 individuals, most of them adults, living there. The territory was the scene of litigation over possession and control by European colonizers and throughout its historical process it went through some moments of economic prosperity, for example, when the extraction (panning and mining) of gold in the region was decisive for the economy. However, currently, there is a population decline and low economic dynamics in the district. It is concluded that public interventions that enhance the social improvement of the community or minimize its social and environmental vulnerability are rare. The implementation of legally protected areas did not induce socio-environmental development in the territory and caused local conflicts, especially when defining the limits of the National Park, which reduced the territorial area of traditional living and use of fishing, cultivation, livestock and agriculture. extraction of açai groves. On the other hand, residents are not provided with the minimum conditions to occupy and produce on their lots, so much so that the abandonment of production sites is noticeable.

**Keywords:** Traditional Population. Protected areas. Territory. Culture.

## LISTA DE SIGLAS

ADCT	- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANP	- Agência Nacional do Petróleo
ANTT	- Agência Nacional Transportes Terrestres
ATA	- Agentes Temporários Ambientais
BM	- Barco Médio
CAAE	- Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	- Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	- Conselho Nacional de Saúde
CRFB	- Constituição da República Federativa do Brasil
CRQ	- Comunidade Remanescente de Quilombo
FCP	- Fundação Cultural Palmares
FLOTA	- Floresta Estadual do Amapá
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFAP	- Instituto Federal do Amapá
IN	- Instrução Normativa
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural
ONU	- Organizações das Nações Unidas
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentação da Agricultura Familiar
PARNA	- Parque Nacional
RURAP	- Instituto de Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TFA	- Território Federal do Amapá
UAB	- Universidade Aberta do Brasil
UBS	- Unidade Básica de Saúde
UC	- Unidades de Conservação
UNIFAP	- Universidade Federal do Amapá

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Vila Velha do Cassiporé, Oiapoque/AP .....	23
<b>Figura 02</b> - Ramal de acesso à Comunidade de Vila Velha do Cassiporé ....	24
<b>Figura 03</b> - Equipamentos comunitários.....	26
<b>Figura 04</b> - Escola Estadual em Vila Velha do Cassiporé.....	27
<b>Figura 05</b> - Disposição dos arruamentos na comunidade.....	29
<b>Figura 06</b> - Equipamentos públicos.....	30
<b>Figura 07</b> - Posto de saúde de Vila Velha do Cassiporé.....	32
<b>Figura 08</b> - Chocolate do Cassiporé.....	34
<b>Figura 09</b> - Beneficiamento do Cacau.....	35

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> - Origem dos moradores de Vila Velha do Cassiporé .....	56
<b>Gráfico 02</b> - Tempo de residência dos moradores de Vila Velha do Cassiporé .....	57
<b>Gráfico 03</b> - Economia e Fonte de renda .....	59
<b>Gráfico 04</b> - A percepção dos moradores sobre as ações do INCRA .....	62
<b>Gráfico 05</b> - Dificuldades enfrentadas pelos comunitários .....	64
<b>Gráfico 06</b> - Indicações para mitigar os problemas da comunidade/assentamento ...	68
<b>Gráfico 07</b> - A comunidade de Vila Velha do Cassiporé e o PARNA Cabo Orange ...	71

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 VILA VELHA DO CASSIPORÉ E SUA DINÂMICA TERRITORIAL</b> .....	<b>17</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VILA VELHA DO CASSIPORÉ .....	17
1.2 O AMBIENTE DE VILA VELHA DO CASSIPORÉ .....	22
<b>1.2.1 A CRQ de Vila Velha do Cassiporé</b> .....	<b>36</b>
<b>1.2.2 Os Vestígios Arqueológicos do Cassiporé</b> .....	<b>36</b>
1.3 PROJETO DE ASSENTAMENTO DE VILA VELHA DO CASSIPORÉ.....	37
1.4 VILA VELHA DO CASSIPORÉ E AS ÁREAS PROTEGIDAS .....	39
<b>2. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NO CASSIPORÉ</b> .....	<b>42</b>
2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO SUBSTRATO DO TERRITÓRIO .....	43
2.2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, COMPLEXIDADE E MOVIMENTO ....	44
2.3 AS CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE .....	52
<b>3. VILA VELHA DO CASSIPORÉ, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE</b> .....	<b>55</b>
3.1 ORIGEM E PERMANÊNCIA DOS MORADORES .....	55
3.2 ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS .....	58
<b>3.2.1 O papel do INCRA no distrito de Vila Velha do Cassiporé</b> .....	<b>62</b>
3.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ASSENTADOS .....	64
<b>3.3.1 Medidas mitigadoras</b> .....	<b>67</b>
3.4 A COMUNIDADE E O PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE.....	70
3.5 REMANESCENTES DE QUILOMBO DE VILA VELHA DO CASSIPORÉ .....	76
<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>83</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>89</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

A questão da dinâmica das relações no território em interfase com a realidade social no espaço geográfico é recorrente na preocupação e na produção científica de vários pesquisadores, muito se tem discutido essa formação social e territorial na fronteira internacional amapaense, abordando as questões socioambientais e socioterritoriais para compreender o presente, construindo conhecimentos como instrumento de grande relevância para subsidiar e fundamentar ações estratégicas na política de assistência socioambiental, de forma preventiva e proativa, nas três esferas de governo (união, estados e municípios) e demais processos de planejamento e ações mitigadoras para solucionar ou diminuir os problemas existentes nestes territórios.

É neste contexto que a pesquisa que subsidiou esta dissertação foi realizada, no distrito de Vila Velha do Cassiporé, no município de Oiapoque, no norte do estado do Amapá. A maior concentração populacional do distrito se encontra no entorno do Parque Nacional (PARNA) do Cabo Orange, uma Unidade de Conservação (UC) federal, vinculada ao grupo de unidades de proteção integral, gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), onde a população originária possui pelo menos cinco séculos de ocupação e dinamicamente constroem relações com povoados, localidades e comunidades ribeirinhas e indígenas da região.

Considerando as especificidades do distrito de Vila Velha do Cassiporé, que é habitado por um grupo de famílias que têm o reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ); constitui um Projeto de Assentamento de Reforma Agrária; está assentada sobre uma área com vários vestígios arqueológicos, se localiza na área de amortecimento do PARNA do Cabo Orange e próximo a Terra Indígena Uaça, tornando-a uma área com gestão e manejo específicos, questiona-se: Quais os conflitos socioambientais e socioterritoriais que envolve à população de Vila Velha do Cassiporé, no município de Oiapoque/AP e quais suas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade socioambiental obedecendo às limitações impostas pelas legislações pertinentes à área?

Levando-se em consideração as especificidades do território e da população que habita o distrito de Vila Velha do Cassiporé no contexto de suas características relacionadas à gestão e manejo que tem ordenamento diferenciado devido as determinações legais e perspectivas socioeconômicas e ambientais, infere-se que a hipótese principal que pode responder a essa questão é que as atividades desenvolvidas pelos moradores do distrito têm baixo impacto ambiental e diversidade de produtos que subsidia o aspecto econômico e a subsistências das famílias. É neste sentido, que o cotidiano da população pode ser reflexo do seu processo histórico de ocupação e dinamismo no território.

Para responder ao questionamento estruturado para a pesquisa e confirmar ou não a hipótese, estruturou-se como objetivo geral: 'Analisar os impactos socioambientais e socioterritoriais na comunidade de Vila Velha do Cassiporé, no contexto do PARNA do Cabo Orange, do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Vila Velha do Cassiporé e da CRQ de Vila Velha do Cassiporé, no município de Oiapoque, no estado do Amapá'.

Para subsidiar o objetivo geral foram elaborados os seguintes objetivos específicos: (a) Aferir as dinâmicas de ocupação e uso de território legalmente protegidos na Amazônia oriental brasileira, no contexto da fronteira internacional amapaense; (b) Caracterizar a população residente do distrito de Vila Velha do Cassiporé na conjuntura de áreas legalmente protegidas e (c) Analisar as dinâmicas socioterritoriais e socioambientais do distrito de Vila Velha do Cassiporé vinculadas ao Projeto de Assentamento da Reforma Agraria, CRQ de Vila Velha do Cassiporé e PARNA do Cabo Orange, no município de Oiapoque, no estado do Amapá.

A abordagem teórica-metodológica para a execução da pesquisa priorizou o enfoque qualitativo, com a finalidade de subsidiar e responder às indagações da pesquisa, além de auxiliar nas discussões e análises dos resultados. A pesquisa utilizou, também, o método quantitativo, baseando-se em dados públicos e informações verbais e visuais, coletados de maneira sistemática nas pesquisas em campo.

Para o construto teórico-metodológico da pesquisa foi considerada a abordagem qualitativa. Pois, foi o momento em que se apropria do universo de significados, que supriu a exigência de responder diferentes momentos da pesquisa

e corroborou nas discussões e nos resultados do estudo. Condição que não eliminou a importância e alcance da pesquisa quantitativa. Neste sentido, foi necessário a comunicação e percepção nos processos de coleta e análises dos dados para se obter resultados confiáveis (Hernández; Fernández, 2006).

Na abordagem qualitativa, utilizou-se levantamentos bibliográficos em livros, teses, dissertações e artigos científicos consultados nas plataformas de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google acadêmico, além de pesquisa documental, em especial, a legislação federal.

A pesquisa em campo foi executada dentro dos critérios éticos, previstos nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012, 510/2016 e complementares. Assim, para a realização desta etapa foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), o qual foi aprovado de acordo com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 74080323.1.0000.0003 (Anexo I). A coleta de dados em campo ocorreu por meio da aplicação do questionário (Apêndice I) e entrevista (Apêndice II) mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Apêndice III).

A coleta de dados *in loco* ocorreu a partir de entrevista com o chefe do PARNA do Cabo Orange, e aplicação de trinta (30) questionários (com perguntas abertas e fechadas) respondidos por chefe de famílias, moradores do distrito de Vila Velha do Cassiporé, assentados e com idade entre 18 e 79 anos. Essa ação foi necessária para quantificar numericamente datas e dados que pudessem justificar as discussões no contexto das impressões, opiniões e pontos de vista (Ludwig, 2009).

A princípio foram eleitas três etapas na sistematização desta pesquisa. A primeira etapa compreendeu a revisão bibliográfica: com leituras em variadas fontes, impressas e disponíveis em *sites* de publicações científicas, documentos oficiais; publicações técnicas em *sites* governamentais; legislações proteção legal de áreas, especialmente, no que se refere ao distrito de Vila Velha do Cassiporé, além de pesquisa em campo.

A segunda etapa foi dedicada à busca de informações primárias *in loco*, com realização de uma entrevista (chefe do PARNA do Cabo Orange) e aplicação

de trinta (30) questionários a moradores. Nesta etapa foram realizadas, também, registro fotográfico e croqui da área, além de observações participante e anotações das percepções, com a finalidade de construir o perfil socioeconômico da população do distrito de Vila Velha do Cassiporé a partir dos métodos de observação sistemática, entrevista e questionários com perguntas dirigidas.

A terceira etapa foi dedicada à análise das informações coletadas. Neste sentido, foi necessário o uso de ferramentas digitais e meios físicos como computador e programas operacionais, pois os dados coletados foram tabulados e analisados, com o auxílio de gráficos, tabelas e quadros. As informações adicionais incluídas nas análises dos gráficos foram coletadas por meio das observações participantes realizadas durante a realização das entrevistas e da aplicação dos questionários.

Para apresentar a sistemática da pesquisa e corroborar com as discussões e resultados, o texto foi estruturado em três capítulos, além desta introdução e das considerações. O primeiro, denominado 'Vila Velha do Cassiporé e sua Dinâmica Territorial', apresenta abordagens sobre o contexto histórico da área de estudo, as características atuais do distrito, no contexto da CRQ, de sítio arqueológico, do projeto de assentamento Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e sob influência de áreas legalmente protegidas.

No Segundo Capítulo, denominado de 'Território e territorialidade em Vila Velha do Cassiporé', foram detalhados os procedimentos teóricos relacionando as concepções de espaço geográfico, território e territorialidade com a comunidade de Vila Velha do Cassiporé, entretanto, foi dado maior ênfase a categoria território e sua variante territorialidade.

No Terceiro Capítulo, designado de 'Vila Velha do Cassiporé, seu território e territorialidade' apresenta-se os resultados da pesquisa em campo, com análise da origem e permanência dos moradores, as atividades socioeconômicas desenvolvidas na comunidade envolvendo o papel do INCRA no distrito, as principais dificuldades enfrentadas pelo comunitários e as possíveis medidas mitigadoras, a relação da comunidade com o gerente do PARNA do Cabo Orange e a comunidade de Vila Velha do Cassiporé como CRQ.

## **1 VILA VELHA DO CASSIPORÉ E SUA DINÂMICA TERRITORIAL**

A região onde se encontra o distrito de Vila Velha do Cassiporé por longo período foi palco de disputas pelo domínio territorial. Entre 1700 e 1900 houve o entrevero entre Portugal/Brasil (colônia/independente) e França, conhecido na literatura e na história brasileira como a 'Questão do Amapá' ou 'Entrevero Amapaense' e foi o penúltimo limite a ser definido do Brasil, em 1900, com base no Laudo de Berna ou Laudo Suízo (Moraes, 1964).

Mesmo com a resolução do litígio franco-brasileiro, desde o final do século XIX, percebe-se que a população do Cassiporé não conquistou avanços significativos nas condições de desenvolvimento social e econômico, embora tenha passado por alguns momentos de crescimento econômico, especialmente, quando a ocorrência de exploração de ouro na região era atividade preponderante na sua socioeconomia.

Vila Velha do Cassiporé viveu ciclos de apogeu econômicos no comércio e ocupação, especialmente nos ciclos do ouro em 1890 a 1893 e 1980 a 1995 (Lima, 2015). Entretanto, esse dinamismo foi inferior a outros locais, como São Luís, Belém e Caiena onde a gestão pública se instalou com maior eficiência. A consequência da falta de políticas públicas na região do Cassiporé promoveu a estagnação e o atraso socioeconômico e nas últimas décadas o elevado índice de emigração, que influencia na deterioração de construções antigas e no baixo índice populacional, característica de locais de repulsas sociais, não atraente para jovens que na medida do possível migram em busca de melhores condições de vida.

### **1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VILA VELHA DO CASSIPORÉ**

A comunidade de Vila Velha do Cassiporé foi elevada ao posto de Distrito do município de Oiapoque, pela Lei Federal nº 1.503, de 15 de dezembro de 1951, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá, para o quinquênio de 1949/1953. Localizado na margem esquerda no médio rio Cassiporé, no limite dos municípios de Oiapoque e Calçoene, no estado do Amapá. O rio Cassiporé nasce na Serra Lombarda, centro-norte do estado e deságua no oceano Atlântico, no seu percurso segue em direção a nordeste do estado, no seu curso

médio, margeia o rio Cunani, segue margeando o oceano atlântico por aproximadamente 70 km até desaguar. Portanto, é um rio que pertence a bacia independente do Amapá.

A ocupação da região remonta ao passado pré-Colombiano, era habitado por ameríndios e a existência de sítios arqueológicos, descobertos em 1950, há mais de sete décadas, demonstram essa condição. Exploradores da costa amapaense, em 1596, produziram um relatório sistemático apontando a geografia da região, os produtos naturais e a população local. Nos relatos dos exploradores consta a presença de indígenas que chamaram de 'província de Maraviena' entre o rio Cassiporé e Uaçá-Urucauá (Hilbert, 1957).

Em 1604, Robert Harcourt indicou a localização da 'província Marownia' que era ocupada por indígenas a direita do rio Oiapoque, que antecede ao povo Palikur mencionados por Vicente Pinzon, em 1511, denominando de 'província Palicura', na região da costa norte da foz do Amazonas. Posteriormente, em 1652, o padre Antoine Biet indicou como ocupantes das terras entre o rio Amapá e Uaçá os Palikur (Hilbert, 1957).

Ainda em 1604, Charles Leigh fundou uma companhia holandês-inglês no rio Oiapoque que favoreceu a ampliação de contatos com a população local e o comércio nas áreas circunvizinhas. Essa região atraiu chineses (que se estabeleceram no rio Uaçá), árabes e franceses para a região do Cassiporé, proporcionando a expansão comercial na região, sendo um lugar de intensa movimentação humana, conflitos territoriais e comércio entre povos distintos. Essas narrativas são comprovadas a partir das descobertas de cerâmicas, utensílios, lgaçabas (tipo de pote de barro ou talha grande para água ou urna funerária indígenas) e 'muiraqitã' (artefato, amuleto arqueológico talhado em pedra, que representa animais como sapos, tartarugas e serpentes) em urnas funerárias, principalmente da fase Aristé (Hilbert, 1957).

Porém, a origem da sedentarização populacional de Vila Velha do Cassiporé se deu a partir das incursões de mercadores franceses e das missões religiosas ibéricas que aconteceram na Amazônia. A primeira missão religiosa que chegou ao Cassiporé foi a dos padres franciscanos, em 1618. Os religiosos vieram catequizar os indígenas caraíbas, os povos autóctones desse território (Gomes,

1999). A respeito da formação territorial da Vila Velha do Cassiporé o autor afirma que:

A formação da Vila do Cassiporé remonta em sua fundação datada à época da instalação de missões religiosas na Amazônia, onde alguns Frades Franciscanos do Pará, no início do ano de 1618, século XVII, organizaram visitas e fundaram a vila (Gomes, 2007, s. p.).

Muitos povos indígenas como os Emerillon (emerinhosn que habitavam a bacia do rio Oiapoque na margem esquerda) e os Oiampí (Wajãpi que atualmente ocupam vasta área desde o centro do Amapá, Oeste do Pará a Guiana Francesa) emigraram do lado sul do Oiapoque para o lado norte empurrados pelos colonizadores portugueses. Porém, há registros que mais tarde fizeram aliança com os europeus e ajudaram nas caçadas de escravos. As principais vítimas foram as tribos do grupo Karíb (Hilbert, 1957, *apud* Evans, 1950).

Por outro lado, na região da Guiana Francesa a escravidão foi adotada até 1794, sendo revogada durante a Revolução Francesa, mas voltou a ser estabelecida em 1804, por Napoleão Bonaparte, durante a invasão de Portugal. A abolição definitiva foi assinada em 1848. Muitos homens livres saíram a busca por locais para habitação, acelerando a migração entre povos dos dois lados da fronteira incerta, quando surgiu o apogeu da exploração do ouro na região do Cassiporé (Soares, 1995).

Com a declaração da Independência do Brasil, em 1822, diversos grupos, ainda favoráveis à manutenção da colônia, permaneceram na região da província do Grão-Pará. A população local, auxiliada pela elite, começou então a promover diversas ações na tentativa de expulsar os “revolucionários” portugueses, o que provocou a revolta da Cabanagem, entre 1835 e 1840. Os Cabanos se insurgiram contra o domínio político e econômico das classes com traços europeus na região, provocando o conflito regional, abrangendo, também, a região do extremo norte da Amazônia (atual Amapá), que naquele período fazia parte do Estado do Pará (Soares, 1995).

Parte dos perdedores do conflito fugiram e se estabelecer às margens do rio Cassiporé, corroborado pelas alianças com os franceses que, em 1840, construíram um forte na margem direita do rio Oiapoque, para proteger a Guiana

Francesa da agitação e por vezes da violência decorrente da revolta da Cabanagem, no Pará. Tal conflito ocasionou instabilidade política na região, oportunidade em que os franceses aproveitaram para implantar uma guarnição militar no Lago dos Bagres (município do Amapá). A aliança dos Cabanos com os franceses foi duramente combatida pelas forças imperiais, pois esta aliança seria um perigo para alavancar o movimento em toda região (Zaghetto, 2019).

Neste período de revoltas Vila Velha do Cassiporé era um lugar muito próspero, estava posicionada no caminho por onde garimpeiros acessaram às minas de ouro nos rios da região. Condição que oportunizou que inúmeros comerciantes fornecessem suprimentos aos garimpos e até criadores de animais. Partes dos estabelecimentos comerciais eram de propriedade de franceses que atuavam na região fazendo intercâmbio comercial, especialmente de alimentos, vestuários e bebidas, além da compra de ouro que era levado para a cidade de Caiena, na Guiana Francesa. Mas o ouro, também, era exportado clandestinamente para a Europa (Soares, 1995).

Neste contexto, os moradores estabeleceram relações com mercadores de várias nacionalidades que dinamizaram o território, pois havia o trânsito entre os colonizadores que pleiteavam a posse da região, fato que ocorreu no mesmo período que outros centros amazônicos, como: Caine, Macapá, São Luís e Belém, que tinham as mesmas condições de importância na ocupação territorial da Amazônia.

Por muitos anos a região do Cassiporé foi próspera. Entretanto, com a resolução do conflito territorial franco brasileiro, em 01 de dezembro de 1900, (momento do reconhecimento oficial do Laudo Suíço), os estrangeiros da Vila Velha do Cassiporé emigraram, ficando apenas a população local, paraenses refugiados da cabanagem, os descendentes de indígenas e trabalhadores do garimpo. A partir daquele período, diminuíram, significativamente, a população local, o fluxo de pessoas e as atividades comerciais em Vila Velha do Cassiporé (Granato, 2009).

A esse respeito os autores, com Zaghetto, 2019 e Lima, 2021 também, trazem informações que demonstram o contexto comercial e populacional de Vila Velha do Cassiporé. No primeiro, um senhor, por nome Procópio relata que “[...] essa vila foi dominada por três árabes que conheci quando criança, Mansur, Abdul

e Salah. Eles vieram atrás do ouro, que tinha muito no Rio Cassiporé, e viraram os donos de Vila Velha” (Granato, 2009, s/p).

O segundo trecho expõe a opinião da senhora Orgarina, que explica as relações comerciais na região ao afirmar que “Aqui era um entreposto de comércio para os garimpeiros e enquanto teve ouro teve muita prosperidade. Quando acabou o garimpo, Vila Velha virou um lugar fantasma”. A terceira parte da entrevista a opinião dos dois entrevistados que explicam que

Depois do garimpo, a população viveu de escambo com os poucos navegantes que atracavam em seu trapiche. ‘Eles traziam açúcar, café, roupas e levavam nosso cacau e nosso açai’, disse o velho descendente de índios. ‘A gente não imaginava que tivesse tanta riqueza nessas árvores’, completou a nativa, lembrando que num passado não muito remoto chegaram a extrair nessas terras mais de 30 toneladas da matéria-prima do chocolate (Granato, 2009, s/p).

Na década de 1940 o médio (a montante da cachoeira *Grand Roche*) e baixo (jusante Cachoeira *Grand Roche*) do rio Oiapoque foi palco de concentração de aventureiros. Mais de mil garimpeiros se aglomeravam nas minas de ouro no rio Oiapoque. Além dos outros elementos dinâmicos de construção, contribuíram para a criação do município de Oiapoque e a elevação da Vila de Martinica a categoria de Cidade (Soares, 1995).

O momento de retomada na dinâmica local ocorreu com a criação, nessa região, do município de Oiapoque Lei nº 7.578, de 23 de maio de 1945. Com a instituição do município, o governador do Pará nomeou o primeiro prefeito do Oiapoque, Amadeu Bulamarque Simões. Morador e conhecedor da região e já exercia a função de chefe telegrafista e radiofonia, além de prestar assistências nas usinas termelétricas de várias localidades, inclusive de Vila Velha (Zaghetto, 2019).

Em 1949, quando o Amapá já tinha sido transformado em território (1943), Roque Pennafort foi nomeado prefeito de Oiapoque e seu filho, Hélio Pennafort, passou a exercer a função de Secretário do município, mas também, desempenhava o posto de radiotelegrafista em Vila Velha do Cassiporé. A partir de então a comunidade, por meio da gestão municipal e do governo do Território Federal do Amapá (TFA), acessou benfeitorias estruturantes, construindo e melhorando as já existentes, como: escola e posto de saúde, mas também, a

construção de vilas de casas, campo de futebol e pista de pouso para pequenas aeronaves. Neste período a comunidade passou a integrar o sistema de comunicação por meio do telégrafo (Zaghetto, 2019).

O prefeito e o secretário de Oiapoque, costumeiramente, vistoriavam os serviços e até operavam máquinas e trator de esteira. Buscavam assim, interagir com os moradores da comunidade e destacavam a importância da região para o desenvolvimento do município. Politicamente o prefeito mantinha boas relações com o governador do território (Janary Gentil Nunes) e ocasionalmente o levava para inaugurações e festejos locais (Zaghetto, 2019).

Com relação às atividades econômicas, a região permanecia tendo como maior destaque, a garimpagem de ouro, ou seja, a população local sempre foi relativamente ligada a economia da extração aurífera, que foi facilitada pela mobilidade de brasileiros entre os territórios da França (Guiana Francesa) e do Brasil (Amapá). Na região do Cassiporé a principal reserva de ouro ocorre nas imediações da vila do Lourenço, em Calçoene e em menor escala, em outros rios da região. Entretanto, essas áreas de exploração são acessadas, geralmente, pelo rio Cassiporé (Costa; Lima, 2021).

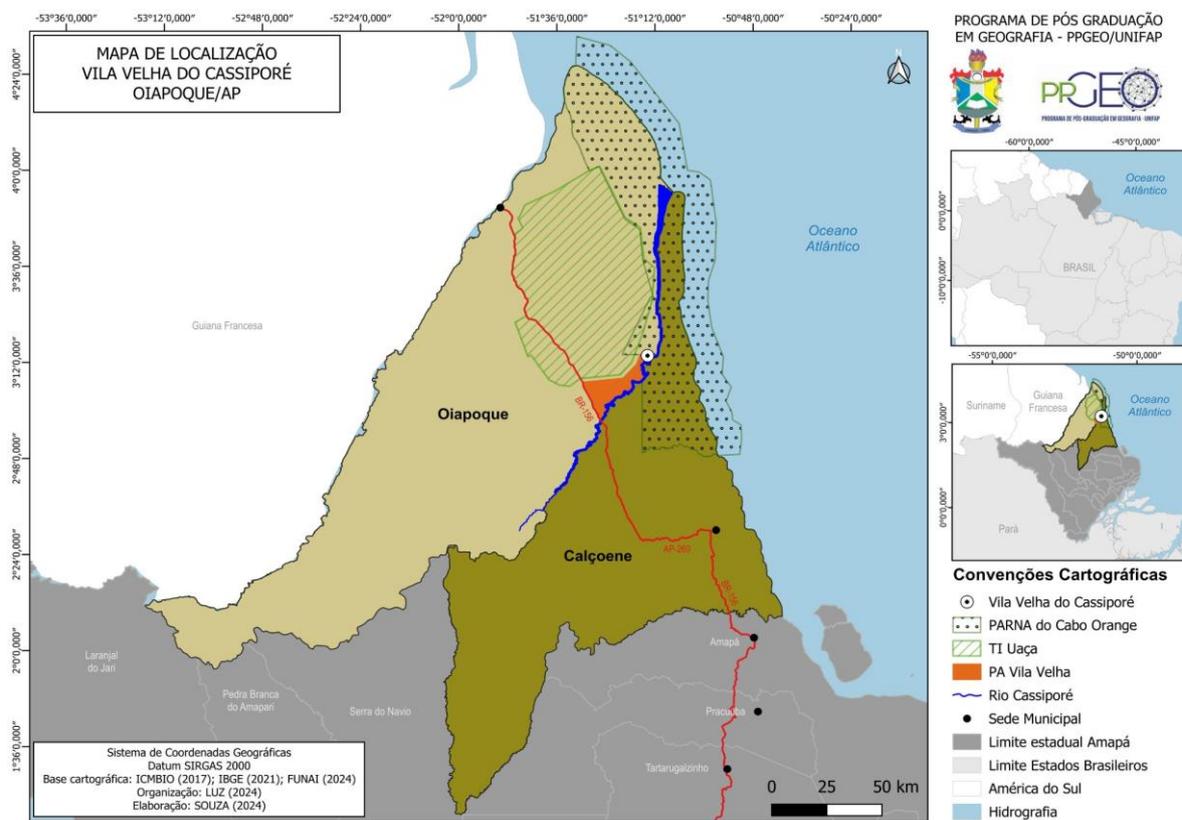
Na década de 1980, com novas descobertas e mecanização da extração, houve um pico de aceleração da emigração para as minas. Mais de cinco mil homens trabalhavam nas áreas auríferas dos municípios de Oiapoque e Calçoene. Neste município, entre os anos de 1984 e 1994, a região abrigou empresas de mineração, Novo Astro e Yukio Yoshdome, que aproveitaram o conhecimento tradicional dos garimpeiros para exploração do ouro e aferir alta lucratividade (Costa; Lima, 2021).

Neste período da história, segundo informações colhidas em campos, a região atraiu volume expressivo de mão de obra, o que se tornou um marco da mineração de ouro no Amapá, porém, gerando impactos socioambientais inerentes à estas atividades. Entretanto, o distrito de Vila Velha do Cassiporé foi influenciado diretamente por este processo, com aumento populacional e dinamização socioeconômica. O período do auge da mineração tornou a comunidade próspera novamente.

## 1.2 O AMBIENTE DE VILA VELHA DO CASSIPORÉ

O distrito de Vila Velha do Cassiporé (Figura 01) pertence politicamente ao Oiapoque, mas, localiza-se no limite do município de Calçoene. Oiapoque, juntamente com o município de Laranjal do Jari, no Amapá, fazem fronteira internacional com o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa, tendo como divisor o rio Oiapoque. Esta especificidade proporciona à área condição geopolítica importante, pois as faixas de fronteiras internacionais apresentam dinamicidade diferenciada do restante do território. Assim, sua gestão deve ser, também, distinta.

**Figura 01 - Vila Velha do Cassiporé, Oiapoque/AP**



**Fonte:** Organização Luz (2024), Elaboração Souza (2024).

A comunidade de Vila Velha do Cassiporé, como mostra o mapa da Figura 01, está situada na parte nordeste do assentamento homônimo, que é limitado a sudoeste pela principal via de acesso do Estado, a BR-156. Devido a esta especificidade e as dificuldades de acesso à comunidade principal, vários moradores se deslocaram e formaram a comunidade denominada de Vila Primeiro do Cassiporé, estruturada no cruzamento da BR-156 com um afluente da margem

esquerda do rio Cassiporé. Os moradores desta vila justificam a sua fundação pelo fato de apresentar maior mobilidade devido ao fluxo facilitado pela rodovia que liga a sede do município de Oiapoque à capital do Estado, além de ser via de acesso a outras sedes municipais.

Vila Velha do Cassiporé está assentado há vários séculos em uma porção de terra firme às margens esquerda do rio Cassiporé. Seu território faz limites com o PARNA do Cabo Orange e a Terra Indígena Uaçá, mas também, está próximo da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA) e do Assentamento de Reforma Agrária do Carnot. A relação dos comunitários com essas áreas são intensas, seja por meio de conflitos por uso do território ou para a comercialização de produtos.

Para o acesso à comunidade sede do distrito de Vila Velha do Cassiporé, a partir de Macapá, deve-se seguir aproximadamente 470 km em direção norte pela BR-210 e posteriormente pela BR-156, com trechos pavimentados e outros não. Passando cerca de 2 km da vila do Primeiro do Cassiporé deve pegar a direita o ramal de acesso com aproximadamente 38 km (Figura 02), com ladeiras, pontes improvisadas e estreito, ladeado por densa floresta e alguns pontos de aberturas dos lotes.

**Figura 02** - Ramal de acesso à Comunidade de Vila Velha do Cassiporé



**Fonte:** Acervo do autor (2024).

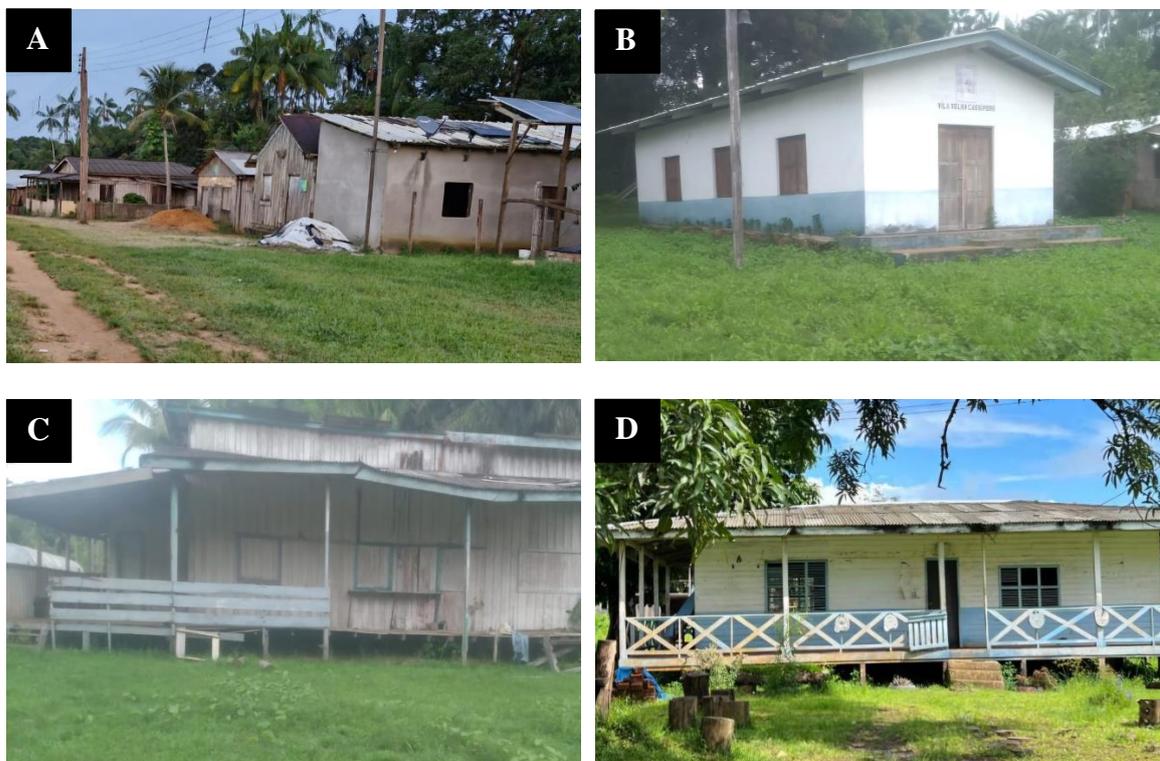
No que concerne às características da comunidade, pode-se destacar, que as famílias estão assentadas sobre uma área com vestígios arqueológicos, significa que este patrimônio deve ser protegido, preservado e conservado. É, também, uma comunidade que desenvolve suas atividades socioeconômicas há vários séculos na mesma área, isto é, tem uma historicidade importante no contexto da territorialidade amapaense.

Na Figura 01 é possível identificar a comunidade principal do distrito de Vila Velha do Cassiporé, que, também, é uma CRQ e um sítio arqueológico; o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Vila Velha do Cassiporé; o PARNA do Cabo Orange e; a Terra Indígena Uaçá. A área é rica em biodiversidade, com lagos e rios importantes para as comunidades locais, no que concerne ao deslocamento e o fornecimento da ictiofauna para a alimentação e parte para a comercialização, além de apresentar campos alagados, floresta de terra firme e uma diversidade da fauna amazônica.

Atualmente, com base nas informações coletadas no trabalho de campo, são residentes do distrito pouco mais de trezentas pessoas (319 pessoas – IBGE 2024), sendo a maioria adultos. A explicação deste panorama é que os jovens, com precário atendimento mínimo nos serviços públicos, como saúde e educação, migram para outros lugares, como as sedes dos municípios de Oiapoque, Calçoene e, até mesmo, Macapá e outros Estados. Essa população que emigra não perde os vínculos com a comunidade e voltam, esporadicamente, à sede do distrito.

Com a pesquisa em campo foi possível observar, também, que várias estruturas estão abandonadas, como: as residências, a igreja católica (que no passado era referência nos festejos religiosos, mas que com a ação do tempo e falta de manutenção, caiu e foi reconstruída há pouco tempo), o centro comunitário não existe mais e a escola municipal. Estas construções, atualmente, se encontram em estado precário e muitas sem condições de uso pela população local, como mostra a Figura 03.

**Figura 03** - Equipamentos comunitários: (A) Residências; (B) Igreja Católica; (C) Casa de hospedagem comunitária e (D) Escola municipal



**Fonte:** Acervo do autor (2024).

A Figura 03-A, mostra as residências em má conservação na comunidade de Vila Velha de Cassiporé, mas também, demonstra a disposição do núcleo da vila que segue arruamento desordenado, com assentamento das residências em terra firme e com um relativo distanciamento da orla do rio, que é intensamente utilizada pelos comunitários como meio de deslocamento para suas atividades produtivas, como a agropecuária e o extrativismo.

Entretanto, a maioria das casas estão próximas aos equipamentos públicos como: a escola, o posto de saúde, o campo de futebol, a usina termoelétrica e a antiga pista de pouso de pequenas aeronaves, o que demonstra que o poder público ao planejar a infraestrutura da comunidade não atendeu as especificidades da comunidade que é ribeirinha.

A Figura 03-B expõe a igreja católica, tendo como padroeiro São José, que outrora havia novenas e arraiais no período festivo. Com a ausência das famílias mais católicas o prédio foi abandonado e chegou a cair, e as famílias deixaram de fazer a comemoração católica e o culto dominical. No período pandêmico (2020 -

2023) o padre da Paroquia de Oiapoque juntamente algumas famílias, inclusive com participação e contribuição algumas que não moram mais no lugar, revitalizaram e construíram uma nova capela que eventualmente acontece missa quando na visita do padre a comunidade.

A Figura 03-C apresenta uma casa que foi residência e comércio de um ex-morador que não deixou herdeiros no lugar, serve de apoio a hospedagem a comunitários que passam por lá, funciona como centro comunitário para reuniões, visto que a comunidade não dispõe de um prédio próprio.

A Figura 03-D exhibe a escola municipal que atende os primeiros seguimentos da educação básica e fundamental I, que compreende até o 5º. Como a demanda de alunos é baixa, há professores que nucleia por aproximação de ano e desenvolvimento dos alunos. São poucos professores, nem mesmo há direção, ficando a responsabilidade da coordenação geral dentro da Secretaria Municipal de Educação.

A comunidade principal do distrito de Vila Velha do Cassiporé possui duas escolas do ensino básico, uma sob gestão do município, que de acordo com as pesquisas *in loco*, atende a setenta alunos da pré-escola aos anos iniciais do ensino fundamental e conta com 03 professores. A escola é construída em madeiras e com pouca mobília e está em condições precárias. E outra, sob gestão do estado, foi reconstruída e inaugurada em 27 de abril de 2024 (Figura 04), possui oitenta alunos, sendo 43 dos anos finais do ensino fundamental e 37 do ensino médio.

**Figura 04** - Escola Estadual em Vila Velha do Cassiporé



Fonte: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2704> (2024).

Mesmo com infraestrutura reconstruída, a partir de uma ação pública que obrigou o governo do estado a recuperar a estrutura física da unidade educacional e estabelecer condições dos professores permanecerem na comunidade. Porém, de acordo com as pesquisas em campo, é possível inferir que a escola não funciona nas condições ideais, falta eletrificação, equipamentos mobiliários, especialmente, com relação a equipe de profissionais.

Esta situação dificulta e, em alguns casos, impede o acesso e a continuação da formação educacional dos jovens que moram em Vila Velha do Cassiporé. A migração para a cidade nem sempre é possível, o acesso à universidade é prejudicado, mesmo com os jovens concluintes do ensino médio a capacidade competitiva na seleção é determinante e excludente em razão da baixa qualidade do ensino.

Outro assunto importante neste estudo é a questão de moradias na comunidade, que é composta de residências essencialmente de madeira, algumas com uso de material cerâmico (alvenaria) e concreto. Com relação aos ambientes da casa, é comum a presença de pátio, sala e quarto. A cozinha é geralmente uma área livre (às vezes coberta de palha) nos fundos da residência, onde se encontra a mesa de refeição e serve como espaço para as reuniões familiares.

Neste contexto, foi possível observar, também, as condições infraestruturais das ruas, em especial a rua principal, não receberam serviço de terraplanagem, facilitando trânsito, apesar que no período chuvoso crescem ervas daninhas nas suas laterais e em alguns trechos ficam alagados. Outras vias, com destaque para as vias secundárias continuam constituindo verdadeiros caminhos, sem atenção do poder público. Não serviços de roçagem ou capina. O serviço de iluminação é precário, ainda usam alguns postes de madeira e fiação em péssimas condições. Em período chuvoso e com ventanias é comum curtos-circuitos, causando danos e interrupções no fornecimento de energia elétrica nas residências. Outro problema relatado são árvores que estendem os galhos e os moradores não fazem as podas, na precaução dos galhos batem na rede elétrica (Figura 05).

**Figura 05** - Disposição dos arruamentos na comunidade: (A) Via principal e (B) a via de saída e chegada



**Fonte:** Acervo do autor (2024).

A expansão da comunidade tem ocorrido, fundamentalmente, na rua principal (Figura 05-A), com acesso direto ao ramal que liga a comunidade à BR-156. Nesta área é visível a construção e melhorias nas residências, material de melhor durabilidade e a presença de comércio de gêneros de primeiras necessidades. A expansão da vila está ocorrendo na parte mais alta do terreno que tem solos argiloso grosso, do tipo laterita, comumente chamada de piçarra. Na parte mais baixa em direção ao rio, há uma predominância de casas mais velhas, em madeira e ao redores arvores de mangueiras *Mangifera indica* e outras arvores frondosas que estão em destaque (Figura 05-B).

Outra característica da comunidade é o estado de semiabandono das infraestruturas, tendo como consequência o declínio demográfico (principalmente vinculado à qualidade da educação e da saúde) e o empobrecimento na dinamicidade socioeconômica da população. A partir das observações *in loco* é possível inferir que as poucas intervenções públicas trazem problemas para os comunitários, como por exemplo, o não funcionamento da iluminação pública (Figura 06-A) e por longo período a falta de manutenção ou troca do gerador de energia, em algumas vezes feito com coleta pelos usuários para pagar custos de manutenção e reparos. Entretanto, em 27 de abril de 2024, o governo do Amapá entregou um novo gerador de energia elétrica (Figura 06-B) para atender os comunitários. Uma ação importante, mas chega com atraso significativo.

**Figura 06** - Equipamentos públicos: (A) Iluminação pública e (B) Gerador de energia



Fonte: (A) Acervo do autor (2024); (B) <https://www.amapa.gov.br/noticia/2804/> (2024).

A ausência de medidas de conservação dos equipamentos causa transtornos aos comunitários que veem a qualidade de vida deteriorando, ocasionando a intensificação do processo de emigração. A eletricidade é uma das necessidades da modernidade, entretanto, perdura esse problema da energia, a comunidade é dotada de uma pequena usina termoeletrica. Depois de muitos anos o governo fez a substituição resente do motor 140 hp e gerador que estava inoperante por um de maior capacidade que produz eletricidade por algumas horas dias e, atende principalmente, as residências e alguns postes de luz.

A comunidade é atendida pelo programa Luz para Todos, do governo Federal, mas a escassez de combustível e a reduzida cota mensal de diesel disponibilizada pelo governo é insuficiente para as necessidades dos comunitários. Quando o motor apresenta defeitos a localidade fica sem energia elétrica, motivo pelo qual, vários moradores possuem pequenos motores para gerar eletricidade nas suas residências.

Em um Programa Nacional de Luz para Todos em parceria com a Prefeitura Municipal de Oiapoque, foi instalado nas residências um pequeno sistema de energia fotovoltaica, um kit/modulo dotado de duas placas solar, quatro aterias estacionarias, um inversor que geram eletricidade. No entanto a baixa capacidade de geração e armazenamento não supre a demanda de uma residência de uma

família. Essa condição frustrou várias famílias que fizeram aquisição de eletrodomésticos.

As dificuldades em obter combustível são grandes, especialmente, devido às normas impostas pela legislação nacional (Decreto Presidencial, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Agência Nacional do Petróleo - ANP), que proíbem a circulação de combustível em transporte não adequado (ANTT, Resolução nº 5.998/2022; ANP, Portaria nº 251/2000; Brasil, Decreto nº 96.044/1988). Porém, não existe transporte regular de combustível para o distrito, assim, quando os moradores conseguem dispor de combustível, o custo do produto é elevado, razão que os motores nem sempre são ligados, reduzindo o conforto da população.

Outra dificuldade que afeta os comunitários, é com relação às comunicações. Há um sistema precário de telecomunicação na sede do distrito de Vila Velha do Cassiporé, com dois orelhões públicos que transmitem as ligações por meio de um sistema de antenas via satélite e usando energia fotovoltaica. Porém, sem manutenção necessária nas antenas e placas solares, é recorrente ficar sem funcionamento. No período da coleta de dados na comunidade, o sistema encontrava-se inoperante. Por outro lado, o rádio está em desuso, raro é um morador sintonizar emissoras de rádios mesmo que seja de Belém/PA ou Brasília/DF.

Alguns moradores com melhores condições financeiras conseguem obter internet, via antenas de satélites, embora, com alto custo para os padrões socioeconômicos da população. Porém, é a única alternativa para comunicação rápida externa à comunidade. Os moradores que não têm condições de custear a internet por este meio, pagam aos que têm, a partir de uma taxa de uso. Considerando estas condições é possível inferir que a comunidade vive em um espaço opaco buscam mecanismos para comunicação externa.

No atendimento à saúde, o único posto é de pequeno porte (Figura 07), que atende precariamente a população e dispõe apenas de um técnico de enfermagem e de um agente de saúde, que com poucos insumos hospitalar necessários não conseguem suprir a demanda dos comunitários. Entretanto, há em andamento, (como pode ser observado na Figura 07), a reconstrução e ampliação da estrutura, que será elevada à categoria de Unidade Básica de Saúde (UBS) e, segundo o

planejamento da gestão do município de Oiapoque, será atendido por mais profissionais, recursos financeiros e insumos de saúde.

**Figura 07** - Posto de saúde de Vila Velha do Cassiporé



**Fonte:** Acervo do autor (2024).

Quando ocorrem casos mais graves de saúde, os pacientes buscam de alguma maneira se deslocar para a sede do município de Oiapoque ou para Macapá. Os profissionais que desempenham suas atividades no posto raramente têm condições de fazer algum procedimento, fazem apenas algumas aplicações de injetáveis e pequenos curativos. O agente de saúde tem a responsabilidade de distribuir hipocloroso, uma solução de sódio para tratamento d'água, para depois ser propícia ao consumo humano. A água consumida pela população, em geral, é colhida de poços amazonas, pois na comunidade não há rede de atribuição de água, neste sentido, cada morador é responsável.

Além deste cenário de reduzida presença de infraestrutura pública na comunidade, Vila Velha do Cassiporé, também, enfrenta outros problemas, como por exemplo, a deficiência na conservação do ramal que liga a comunidade principal do distrito à BR-156, que no período chuvoso se torna intransitável, com a presença de trechos submersos e atolamentos (Figura 02) impedindo o tráfego.

As dificuldades de acesso à comunidade sempre foi um elemento de contenda ao desenvolvimento local, mesmo com abertura do ramal de 38 km, que liga a BR-156 até a comunidade. O deslocamento até a cidade de Oiapoque exige transporte de grande porte, o qual a comunidade não possui e as alternativas de

transporte privado são escassas e onerosas, demasiado caro para o padrão social, sendo que a maioria dos moradores não possui condições de custear.

Em período de muitas chuvas o ramal pode ficar interditado por atoleiros e muitas vezes submerso em alguns pontos e para suprir as necessidades de deslocamento até a sede do município de Oiapoque, neste período as viagens são realizadas por meio de canoas até a ponte do Cassiporé sobre a BR-156, uma viagem demorada e onerosa. A partir deste ponto os comunitários usam o transporte terrestre. Entretanto, as condições são precárias, pois, os viajantes não contam com pontos de apoio para guardar as canoas e os motores e, ainda, enfrentam transtornos na espera do transporte terrestre.

Os acessos precisam ser cuidadosamente planejados, especialmente no período chuvoso, há formação de poças de água, voçorocas e atoleiros escorregadios. No período do inverno amazônico que compreende os meses mais chuvosos entre janeiro e junho o acesso a comunidade é necessário optar por carros altos e para-choques pouco proeminentes para minimizar danos e deve-se evitar o período noturno, visto que é comum árvores caírem sobre o ramal, interrompendo o percurso.

Com relação ao aspecto econômico do distrito de Vila Velha do Cassiporé, de acordo com as coletas de dados em campo, se concentra no setor primário. A agropecuária, mesmo constituindo um projeto de assentamento, é pouco diversificada. E basicamente concentrada na produção de subsistência e o pouco excedente é escoado para a sede do município de Oiapoque. As principais culturas desenvolvidas são: banana - *Musa paradisiaca*, melancia - *Citrullus lanatus* e mandioca - *Manihot esculenta*.

Os moradores, também, costumam cultivar árvores e palmeiras frutíferas nos quintais e áreas adjacentes, contribuindo além das sombras, ajudando na dieta alimentar da família. Com relação ao processamento da mandioca, que é cultivada nas roças, próximas às comunidades, alguns moradores possuem pequenas instalações para fazer farinha, como tipiti (instrumento de palha para drenar a massa da mandioca), fornos para torrar farinha e recipiente para extrair a tapioca.

Com relação à pecuária, destaca-se a criação de patos, porcos, galinhas (criados nos quintais das residências), bovinos e bubalinos, criados ao longo da margem do rio Cassiporé. Entretanto, a principal fonte de alimentação dos

comunitários é a pesca, que na região é artesanal e ocorre por meio de apetrechos diversos, como: redes de pesca, tarrafas, anzóis, arpão, zagaias e espinheis.

A respeito da atividade extrativa, que complementa a renda familiar, destacam-se, a extração de açaí - *Euterpe oleracea*, azeite de andiroba - *Carapa guianensis* (semiprocessados) e, especialmente, cacau - *Theobroma cacao*. Este último é nativo da região e ocorre nas margens do rio Cassiporé e se sobressai no setor econômico da comunidade, pois vem ganhando destaque no mercado brasileiro e, até europeu, como cacau orgânico da Amazônia (Figura 08). Os frutos colhidos na comunidade nas áreas úmidas e transportados para um local beira do rio onde são despulpados, geralmente grupos de pessoas, as amêndoas são transportadas para a cidade de Oiapoque, onde são secas e moídas para serem comercializadas.

**Figura 08 - Chocolate do Cassiporé**



Fonte: Acervo do autor (2024);

Entretanto, a maior dificuldade da comunidade na produção do cacau é a falta de espaço, tipo galpão e de equipamentos para o seu beneficiamento. Outrora já existiu uma infraestrutura, um galpão foi doação do governo do Amapá à associação agroextrativista do assentamento, para beneficiamento das amêndoas do cacau. Na época, o Estado ampliou a capacidade do motor de luz e disponibilizou um caminhão para transporte da produção agrícola a partir da Ponte

do rio Cassiporé. Por falta de manutenção já foi depredada e não está em funcionamento.

Atualmente grande parte da produção do cacau - *Theobroma cacao in natura* é comercializado no local por particulares, uma empresa do ramo dispõem de secador (Figura 9-A) e estufa (Figura 9-B). Fazem o primeiro beneficiamento para o transporte já das amêndoas secas para a indústria de chocolates na cidade de Oiapoque.

**Figura 09** - Beneficiamento do Cacau: (A) Estufa e (B) Secador



Fonte: Acervo do autor (2024);

O cenário atual tem como consequência a piora das condições econômicas e sociais da população, que ainda vive em relativo isolamento geográfico e acumulam poucas evoluções técnicas e informacionais, com reduzida atração para atividades econômicas e de desenvolvimento, considerando os preceitos da economia neoclássica. Em síntese, a economia do distrito de Vila Velha do Cassiporé é, sobretudo, de subsistência e várias famílias passam por dificuldades e é difícil manter o suprimento alimentar. Assim, de acordo com o trabalho de campo, a maioria das famílias são beneficiárias de pelo menos um dos programas públicos de transferência de renda, como: Auxílio Brasil, Seguro Defeso e o Programa Renda para Viver Melhor, do governo do estado do Amapá.

### **1.2.1 A CRQ de Vila Velha do Cassiporé**

Aspecto importante, da comunidade e da população relacionada a sua proteção, é a condição de ser autenticada como Remanescente de Quilombo. Em 30 de dezembro de 2015, a Fundação Cultural Palmares (FCP) emitiu a Portaria nº 201, (Anexo II), que dentre outras determinações, certificou Vila Velha do Cassiporé como CRQ. A certificação foi emitida após reivindicação de um grupo de famílias que se autodeclaram descendentes de populações refugiadas em quilombos. Embora, essa condição não seja consenso entre os comunitários de Vila Velha do Cassiporé.

O processo de certificação ocorreu conforme determina o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, da Presidência da República, que regulamenta o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988. Este decreto delibera os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por CRQ.

Outra norma relativa à instituição de CRQ é a Instrução Normativa (IN) nº 20, de 19 de setembro de 2005, do INCRA. Este regramento brasileiro é mais específico que o Decreto nº 4.887/2003. Além de regulamentar os procedimentos previstos no Decreto, determina, também, a desintrusão e o registro das terras ocupadas por populações remanescentes de quilombos, garantindo, assim, a reprodução física, social, econômica e cultural dos comunitários.

### **1.2.2 Os Vestígios Arqueológicos do Cassiporé**

No território da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, também, foram encontrados vestígios arqueológicos. Segundo pesquisas realizadas com financiamento do ItaúCultural, a comunidade guarda em seu solo, próximo à margem do rio Cassiporé, objetos arqueológicos, como vasilhas de cerâmicas que eram utilizadas em sepultamentos, além de machados de rocha polida e guizos (tipo de chocalho, campainha) de cobre. Os materiais encontrados ainda não foram datados, porém é consenso entre os pesquisadores que são de períodos anteriores à colonização brasileira (ItaúCultural, 2021).

Os objetos encontrados na área, segundo a pesquisa, atestam a presença de populações indígenas na região antes da chegada dos europeus e a partir de estudos podem revelar como as pessoas viviam naquele território. Entretanto, esse patrimônio não está sendo protegido e preservado pelo poder público, em especial, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao contrário, segundo denúncias dos próprios moradores está ocorrendo escavações ilegais e destruição do patrimônio.

### 1.3 PROJETO DE ASSENTAMENTO DE VILA VELHA DO CASSIPORÉ

O Assentamento Vila Velha do Cassiporé, no município de Oiapoque, é de característica tradicional, instituído pelo INCRA, em 27 de dezembro de 1999, compreende um conjunto de unidades agrícolas e foram destinadas às famílias de agricultores que já residiam no distrito e não tinham o título de posse da terra. Com área de 28.000 ha e capacidade de assentar 170 famílias em lotes com tamanho médio de 165 ha, sendo que foram assentadas somente 146 famílias. Em 2019, a taxa de ocupação era de 87,67%. No tocante ao corte raso da floresta existe 770,20 ha sendo utilizado para agricultura e pastagem, indicando que o desmatamento ocorreu em 2,75% da área do assentamento (INCRA, 2019).

Neste sentido, o objetivo principal da criação do assentamento é fomentar a agricultura local e fixar as famílias no campo. Assim, vislumbrou-se a perspectiva de uso dos recursos naturais no assentamento rural e a manutenção do próprio modo de vida, com especificidades nos traços culturais, crenças, práticas de trabalho e produção.

Os projetos de colonização e integração nacional criaram as bases para a implantação dos assentamentos na Amazônia. No contexto que o governo brasileiro promoveu a Amazônia como a terra das oportunidades, onde as famílias de todo o Brasil, especialmente do Nordeste, poderia migrar para a nova fronteira, com oportunidade para ocupar o vazio demográfico e obter oportunidades de produzir seu próprio alimento em terras distantes. Com este discurso oficial, muitos migraram com sonhos e esperança para terras amazônicas, inclusive para

o norte do Amapá, como é o caso do Assentamento do Carnot, em Calçoene, e que está próximo ao Assentamento de Vila Velha do Cassiporé.

Esse estímulo promoveu o maior acesso à propriedade de terra por parte dos camponeses e pequenos produtores. Nesses espaços estavam a esperança da produção agropecuária e do extrativismo. Ou seja, havia a oportunidade de se produzir alimentos a partir da agricultura e criação de animais, como é de fato o objetivo primário da reforma agrária brasileira. Por outro lado, a realização de uma reforma incompleta, sem incentivos (principalmente financeiros e tecnológicos) aos produtores, pode ocasionar maior desigualdade social no campo, sendo uma desvantagem desse processo. Deixando um legado de exclusão e isolamento nos seus lotes. Isto é, sem condições para uma boa produtividade ligados ao setor primário. É o que vem ocorrendo em Vila Velha do Cassiporé.

A maioria dos projetos de assentamentos do Amapá não fez parte do planejamento territorial dos órgãos responsáveis pelas questões fundiárias do Estado. Surgiram a partir da ocupação desordenada por meio da formação de vilarejos espontâneos, que posteriormente foram transformados em assentamentos. Assim, surgiram espontaneamente, a partir da ocupação de terras públicas por grupos de pessoas, somente em momento posterior, o INCRA o regularizou (Filocreão, 2016).

A criação de projetos de assentamento se intensificou a partir de 1995 com o impulso dado à reforma agrária pelo governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, (Filocreão, 2016). Foram criados pelo INCRA, no Amapá vários assentamentos, com capacidade de atender inúmeras famílias, em sua grande parte pessoas atraídas por oportunidades de trabalho em Macapá e Santana, ou provenientes de áreas de garimpos desmobilizados (INCRA, 2019).

Pode-se afirmar que foi o período em que mais se criou projetos de assentamentos nessa época, em geral, as pessoas formavam grupos que procuravam localizar terras sem ocupação e posteriormente reivindicavam ao INCRA a criação do assentamento na área escolhida. Muitas vezes o processo não levou em consideração a necessidade de cuidados na seleção dos candidatos e tampouco estudos indicadores de estratégias que permitissem o desenvolvimento sustentável dos projetos criados. Tendo como consequência o não atendimento às

expectativas da qualidade de vida vislumbradas pelos assentados (Filocreão, 2016).

Em alguns pontos a reforma agrária no Amapá, no lugar de visar à distribuição da terra, se fez a partir da colonização de novas terras, abertas a excedentes extrarregionais de mão de obra. Entretanto, no caso específico do Assentamento de Vila Velha do Cassiporé foi criado para certificar os residentes com o título de posse da terra, visto que já eram moradores do lugar, sendo uma vila tradicional com a maioria de moradores nativos. Tanto que poucas alterações ocorreram no meio social e na produção do distrito. Bem como não houve migração de famílias com o intuito de serem assentadas.

#### 1.4 VILA VELHA DO CASSIPORÉ E AS ÁREAS PROTEGIDAS

Outra característica importante do distrito de Vila Velha do Cassiporé é ser ambientado no entorno do PARNA do Cabo Orange e da Terra indígena Uaçá, (Figura 01). O ambiente, seus elementos e a degradação ambiental ganharam importância mundial (na literatura e na popularização) a partir da década de 1970. Quando se analisa as questões socioambientais e se discute o papel das pessoas e empresas na sustentabilidade ambiental. A definição teórica de responsabilidade socioambiental, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), foi construída, ainda na década de 1950, em três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental (ONU, 2015). É neste sentido que a análise do território do distrito de Vila Velha do Cassiporé deve ser abordada em relação às áreas protegidas que estão em seu entorno.

Neste sentido, a gestão e manejo da UC coloca a comunidade como uma área de gestão especial, como determina a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamentou o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da CRFB/1988 e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A Lei determinou que na zona de amortecimento das UC, ou seja, nas áreas ao seu entorno “as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (Brasil, Lei nº 9.985/2000, Art, 2º, Inciso XVIII).

O PARNA do Cabo Orange é uma UC de proteção integral e foi a primeira unidade criada no Amapá, em 1980, com área de 619.000 ha e tem como objetivo proteger ambientes marinhos e costeiros. Com a instituição do Parque, a comunidade de Vila Velha do Cassiporé perdeu parte de seu território, o que impactou diretamente a sobrevivência e a subsistência da população local. Em geral, os residentes desenvolvem, dentro da área do Parque, atividades de subsistência como: pesca, caça e cultivo agrícola (ICMBio, 2011).

A dinâmica local foi alterada com fiscalização e proibição imposta pelos órgãos públicos a quem adentrar a aérea proibida. A partir de então, iniciou-se o processo de restrição aos moradores, com a finalidade assegurar o estabelecido nas legislações ambientais em especial as UC de proteção integral. É comum acontecerem conflitos entre a gestão do parque e os moradores de Vila Velha do Cassiporé, principalmente, com relação ao uso dos recursos naturais e das diversas regras que lhes são impostas (ICMBio, 2011).

A Terra Indígena Uaçá é fruto de esforços e organização dos povos Galibi-Marworno, em unidade de interesses com os Palikus e Karipunas que conseguiram por meio do Parecer nº 191/1988 - GTI e Decreto nº 94.945/1987, combinado com Decreto nº 22/1991, a homologação da Terra Indígena Uaçá. A área possui 470.164 ha, sendo comum as três nações indígenas (Vidal, 2016). Grande parte da sua extensão é coberta por águas, pois sua superfície consiste em rios e igarapés, lagos ou mesmo em áreas sujeitas à inundação sazonal. A extensão norte em direção a foz dos rios Uaçá e Cassiporé há açazais nativos, e onde recebem influência das marés há uma predominância de siriúbas - *Avicennia schaueriana* e aningais - *Montrichardia linifera*, onde pouco é usado pelos indígenas (Vidal, 2016).

Na parte do médio rio Uaçá está situada a maior aldeia dos Galibi-Marworno, a Kumarumã, mesmo com uma infraestrutura de serviços equipamentos públicos nos últimos anos várias famílias migraram e formaram novas aldeias (Paramwaka, Flama, Karibuene, Kaxiuahi, Tucuiui, Aruatu, Paraiko, Magi e Manaú) a montante do rio em relação a Kumarumã em terra firme, onde possam morar mais próximo das áreas de cultivos, madeira e caça. Como também a saída para a BR - 156, ultimamente foi construído um ramal de acesso rodoviário partindo da aldeia Paraiko para Aldeia Tukai. Há também um caminho que parte da Aldeia Flama para

o Santa Helena, nas proximidades do Vila Velha do Cassiporé, nos períodos de estiagem prolongadas podem fazer esse percurso de motocicleta.

Vila Velha do Cassiporé é uma comunidade tradicional, onde se destaca como comunidade tradicional. Os moradores formam grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, com reduzida acumulação de capital, baixo padrões de consumo, não usando força de trabalho assalariado, sua subsistência é proveniente dos recursos naturais que ocupam e usam o território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos tradicionais, passado de geração em geração e a conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura (Lima; Jucá, 2015).

Considerando todas as especificidades do distrito de Vila Velha do Cassiporé é possível deduzir que a população está sob a proteção de várias legislações, o que torna a área com várias restrições de uso, mas também, possibilita que a comunidade desenvolva atividades sustentáveis, tanto ambiental, como social. Neste sentido, a população local vive em um modelo socioeconômico com ênfase na produção agrícola familiar, no extrativismo vegetal de baixo impacto e na pesca artesanal.

Atualmente é possível perceber, de acordo com observações em campo, que existem movimentos em prol da elaboração de propostas de novos pactos sociais, baseados nas demandas políticas, econômicas e culturais dos comunitários, visando o desenvolvimento social, crescimento econômico e sustentabilidade ambiental. Há, também, mobilização das lideranças locais para que a comunidade possa ser abrangida com medidas mitigadoras e políticas integrativas como a ampliação de campanhas contra a violência infanto-juvenil, cursos para produção de objetos e alimentação, estímulos às atividades de economia doméstica para complementação de renda.

## 2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NO CASSIPORÉ

Infere-se que a população do distrito de Vila Velha do Cassiporé têm passado por vários eventos que o caracteriza como de baixa dinâmica socioespacial e com reduzido poder de consumo de produtos industrializados, devido as dificuldades de acesso à área. Sendo que o processo de formação histórico-social do território e da territorialidade tem sofrido interferências no modo de vida das pessoas, ocasionando a evasão de moradores, razão que pode ser percebida com a baixa densidade populacional atual e o estado de abandono da comunidade, com reduzida infraestrutura pública. A emigração ocorre, principalmente, na faixa etária jovem, que sai do distrito em busca de melhores condições de qualidade de vida.

As atrações dos garimpos, os empregos e as possibilidades de melhores meios e condições de educação e saúde na cidade, o controle, o monitoramento e a fiscalização no acesso e uso dos elementos da natureza relacionados ao entorno do PARNA do Cabo Orange, assim como, os modestos investimentos do poder público (ausência de política públicas) nas atividades primárias, como agricultura familiar e extrativismo (mesmo constituindo um projeto de assentamento), além da ausência de estímulo ao escoamento da produção ocasionam reduzida dinâmica socioeconômica no distrito de Vila Velha do Cassiporé.

Neste contexto, os equipamentos públicos deveriam ser estruturados com maior eficácia e eficiência e prestar melhores serviços à população. Entretanto, pelas observações *in loco* e levantamento de dados, infere-se que há inação do Estado e descompromisso dos gestores públicos com a população que reside na área do Cassiporé. Esta situação corrobora com o cenário de isolamento geográfico e com as dificuldades de acesso à área, o que condiciona o baixo desenvolvimento socioterritorial.

Neste sentido, como subsídio teórico ao tema, há a necessidade de assegurar fundamentação que abordem a categoria de análise território e sua variável, territorialidade, no contexto da fronteira internacional e dos aspectos socioambientais e socioterritoriais da população residente no distrito, considerando neste contexto as áreas legalmente protegidas, pois Vila Velha do Cassiporé, encontra-se no entorno do PARNA do Cabo Orange e da terra indígena Uaçá.

Atentando, ainda, para o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, a CRQ de Vila Velha do Cassiporé e os vestígios arqueológicos presentes no território do distrito.

## 2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO SUBSTRATO DO TERRITÓRIO

O espaço de produção é uma construção social e ocasionalmente se aperfeiçoa com a sensação e a percepção humana. O espaço e o tempo propostos intencionalmente, são ordenadas pelo eu pensante e ação humana. Sendo que o tempo coexistem, se complementam e cada um deles é definido de acordo com a experiência pessoal (Tuan, 1983). Podendo ser experienciado pela percepção elaborada que se interagem no ambiente, onde o homem propõe e organiza para conformar suas necessidades e relações sociais. A respeito da definição de espaço geográfico (Tuan, 1983), afirma que:

No contexto contemporâneo da Ciência Geográfica é convencional que o espaço geográfico seja referenciado enquanto conceito primordial das abordagens, sendo considerado por vários autores como o objeto da Geografia. As análises, no entanto, não se esgotam no conceito em questão, mas se ampliam no sentido de compreender os territórios, a região, os lugares e as paisagens, bem como as fronteiras. Apesar disso, ainda existem discursos que afirmam que o espaço é um conceito pouco discutido no âmbito da própria Geografia, sendo mais discutida a própria ciência e sua funcionalidade na compreensão das relações entre a sociedade e a natureza, [...]. Assim, reafirma-se que as discussões teóricas acerca dos conceitos da Geografia não são uma questão finalizada, mas que possibilitam novas e constantes (Tuan, 1983 p. 65-66).

Os espaços podem ser delimitados e defendidos pelos homens e até mesmo por animais para seu uso e proteção de invasores. São locais centrais que são construídos e indicados valores, neles podem realizar as satisfações e necessidades biológicas de suprimentos alimentar, água, descanso e procriação (Tuan, 1983). Entretanto, a construção do lugar dá segurança a quem a habita, podendo-lhes desde a moradia até a convivência na comunidade, ou mesmo ampliando a escala para a cidade ou até mesmo sua pátria. O lugar está presente na existência do ser humano.

## 2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE, COMPLEXIDADE E MOVIMENTO

A expressão território comumente designa uma determinada porção do espaço delimitada por relações de posse, soberania e poder. O termo território vem do latim *territorium*, expressão que se referia a uma terra delimitada ou sob dada jurisdição administrativa. Assim, o termo território se constrói pela adição à terra do sufixo *torium*, que designa o lugar de um substantivo qualquer, como: dormitório, lugar de dormir, território, lugar da terra, pedaço de terra apropriada e âmbito terrestre localizado. Na acepção mais antiga significar uma porção delimitada da superfície terrestre (Haesbaert, 2007). Com relação a definição de território o autor explica que

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no ‘territorium’ são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’ (Haesbaert, 2007, s/p).

Neste contexto, a noção de território é oferecer chances de inclusão do particular no global, pelas oportunidades de desenvolvimento de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes fornece visibilidade. A partir deste cenário, “a noção de território apresenta controvérsias porque amplifica nosso olhar e diversifica as possibilidades de compreender, sistematizar e modificar a realidade complexa” (Haesbaert, 2007, p. 20).

Assim, o território é percebido como um espaço de forças, onde se exercita a dialética entre a escala local e a escala global, de um lado o poder do Estado, contrapondo com o mercado e a sociedade, compondo-se desde seus usos, das dinâmicas exercidas em conjunto e de suas partes, reconhecendo suas particularidades como suas complementaridades. Concebe-se a divisão territorial do trabalho e da vida social que oportuniza planejar o território como propulsor e indutor das relações e concepções do espaço, ou seja, o território na sua função principal (Haesbaert, 2007). Assim, o território “representa uma trama de relações

estabelecidas, de raízes históricas, de configurações políticas e de identidades que assumem um papel ainda pouco conhecido em matéria de desenvolvimento econômico” (Abramovay, 2003, p. 89).

Portanto, os reflexos do processo histórico, seja ele físico ou social, a partir das intervenções e alterações da humanidade, o território, é compreendido como totalidade. É um campo privilegiado para a reflexão e análises, ao passo em que, de um lado, mostra a estrutura global da sociedade e, de outro, a própria complexidade do seu uso (Haesbaert, 2007). Sucintamente, a abordagem acerca da concepção do território e seu desenvolvimento territorial aglutina diversas visões que caracterizam uma condição complexa (Abramovay, 2003), como ocorre no distrito de Vila Velha do Cassiporé, que está em constante transformação, reflexo das dinâmicas físicas, socioeconômicas e culturais do seu contexto, ou seja, a sua territorialidade está em constante construção.

A compreensão de território pode denotar controvérsias, pois, difunde a visão e diversifica as possibilidades de entender, sistematizar e alterar a realidade complexa. Neste cenário, o território possibilita a inclusão do particular no global, pelas condições tópicas do lugar com suas potencialidades do espaço local e regional que as valorizam e lhes permitem visibilidade (Haesbaert, 2004). Neste aspecto, pode ser analisado a extração do cacau do Cassiporé que deu visibilidade nacional e internacional à comunidade. A esse respeito desta temática os autores explicam que

O território constituído como espaço social produzido e delimitado por um entorno que o ordena é construído como representação: como tal, pode ser uma ferramenta, um recurso do desenvolvimento econômico e social. Nesta perspectiva se incluem no processo do planejamento as diferentes dimensões do território destacando sua complexidade. Todo o conjunto é afetado; ao mesmo tempo, apontam-se especificidades e particularidades internas às delimitações da sociedade global, as quais interagem nos processos de construção identitárias sócio-econômico-culturais que atribuem sentido ao local. O olhar holístico aponta para a incorporação de recursos específicos, propicia a invenção de alternativas de competitividade dos produtos gerados no interior de um território, vantagem compartilhada coletivamente (Haesbaert, 2007, p. 20-21).

A discursiva sobre território pressupõe a ocorrência das intervenções sobre o espaço e as transformações das relações impostas e presentes, o espaço cria sua importância e passa a se tornar o território (Moraes, 2014). Refletir sobre o território desde o espaço geográfico, levando em conta a existência de territórios que é sempre um processo de fragmentação do espaço, é importante na análise desta pesquisa, pois pressupõe pensar e estabelecer limites dentro do espaço geográfico (Cazarotto, 2006).

No contexto da pesquisa que originou esta dissertação, tem-se vários territórios envolvidos dentro do distrito, como: a comunidade de Vila Velha do Cassiporé, o Assentamento de Reforma Agrária, a CRQ de Vila Velha do Cassiporé e o uso especial no entorno das áreas legalmente protegidas (PARNA e terra indígena), considerando, também, os vestígios arqueológicos presentes na comunidade.

Assim, o território é a realização e absorção da ideia de manifestação de um poder em uma área e lugar específico (Haesbaert, 2007). Analisando as definições de desenvolvimento territorial, pode-se considerar como polissêmico. Pois apresenta entendimento de uma categoria de análise da realidade e indica um processo de mudanças socioespacial que permite a concretização do planejamento estratégico, geograficamente estabelecendo limites e contextualizando as realidades locais. Sendo, portanto, a territorialização das dinâmicas territoriais resultantes das intervenções sociais, mesmo que conflitantes entre diferentes atores no território (Pecqueur; Rousier, 1992). Para explicar o território em (Heidtmann Neto, 2008) expõe que o

[...] desenvolvimento territorial é um conceito polissêmico que pode significar uma categoria de análise da realidade e, ao mesmo tempo, representar um processo de transformação social que se dá pela materialização de um projeto político coletivo, geograficamente delimitado e historicamente contextualizado, sendo, portanto, 'a territorialização das dinâmicas territoriais (econômicas, sociais e políticas) que resultam do jogo de cooperação e conflito entre os diferentes interesses e projetos presentes no território' (Heidtmann Neto, 2008, p. 43-45).

Quanto a definição de territorialidade, pode-se inferir que são as relações que se encontram em um território e está sujeito à sua gestão, pode ser definida,

também, como o próprio conteúdo do território e suas relações sociais cotidianas que oferecem sentido, valor e função aos objetos espaciais, como as relações socioeconômicas e ambientais que a população do distrito de Vila Velha do Cassiporé desenvolve. Considerando este aspecto e outros autores que discutem este tema, pode-se concluir que a territorialidade é o espaço geográfico apropriado por relações de poder, ou seja, quando uma pessoa ou uma organização exerce o domínio ou o poder sobre determinada área, esta área passa a ser o seu território, está também, é a definição mais aceita pelos geógrafos.

Porém, na complexidade do contexto atual, com o crescimento da globalização e a fragmentação a nível micro ou local, é perceptível multiterritorialidade que reúne três elementos fundamentais: territórios-zona, territórios-rede e aglomerados de exclusão (Haesbaert, 2007). Nos territórios-zona, prevalece a lógica política; nos territórios rede domina a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre lógica social de exclusão socioeconômica das pessoas. Assim, é importante destacar que

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos 'híbridos' como o território-rede (Haesbaert, 2007, p. 38).

Assim, a territorialidade está ligada ao comportamento estratégico específico de cada ator, estando submetido as atitudes locais, com características próprias pautadas nas relações e gerenciamentos do lugar (Pecqueur; Rousier, 1992). Em síntese, a territorialidade envolve as relações sociais e as atividades diárias que os humanos têm com sua natureza exterior. Territorialidade é uma categoria de análise da geografia que deriva de território, uma zona ou região que estabelece uma jurisdição, pertence a um determinado Estado ou serve como campo de ação. Neste sentido, ratifica-se as relações ocorridas no espaço e outros sujeitos que estão intimamente ligados a organização do espaço com a territorialidade (Becker, 2001), isto é, a organização do espaço em diferentes territórios.

Um dos formuladores do pensamento geográfico, Friedrich Ratzel (1844-1904) definiu o território como o espaço controlado por um grupo e que lhe garante a sua subsistência, ou seja, é a produção da territorialidade. Saquet (2010) fez abordagens sobre o território, à serviço do Estado alemão de seu período e ampliou os debates em torno da definição de território e que é considerado até hoje, bem como outras definições correlatas, como territorialidade e territorialização e atualmente assume importância imprescindível para a geografia. Tal relevância sugere que as definições de território e seus afins sejam revisados constantemente frente aos processos de reordenamento do espaço geográfico mundial em suas múltiplas dimensões.

O tema território, e sua variante territorialidade, tem sido um dos principais e mais utilizados termos da geografia, visto que está diretamente relacionado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico. Os estudos mostram que sua definição sofre alterações conforme a corrente de pensamento ou abordagem que se realiza, mas a definição mais comumente adotada o relaciona ao espaço apropriado e delimitado a partir de relações de poder. Assim, um dos primeiros registros sobre o aparecimento do pensamento e formulação da definição de território deve-se a Ratzel durante o processo da unificação da Alemanha, em 1871, e da institucionalização da geografia como ciência (Cazarotto, 2006). Assim o autor afirma que

Ratzel dizia que a geografia é por essência ecológica, porém a sua ecologia diferenciava-se da de Haeckel por agregar as dinâmicas humanas à dimensão ecológica. O seu raciocínio 'abraçador de toda a Terra' ou sua concepção holística diferia em certos aspectos quanto a Ecologia Geral e a Geografia Humana da época, pois a Ecologia Geral de Haeckel era mais restrita à fauna e à flora, e a Geografia Humana enfocava mais o ambiente das pessoas (Cazarotto, 2006, p. 5).

Outros teóricos do tema, como Andrade, Santos, Sack, Saquet e Souza também, contribuíram na formulação do pensamento geográfico e da categoria de território. Neste sentido, o território está diretamente vinculado ao poder e domínio exercido pelo Estado nacional, de tal modo confirma a identidade do povo que nele vive e não se imagina sem a sua expressão territorial. Ganhou impulso na discussão com a Geografia Política do século XIX, especialmente no período da

consolidação dos Estados-Nações, onde prevalecia a noção de território como um espaço de poder demarcado, controlado e governado (Silva, 2020).

Pode-se extrair do pensamento sobre o tema apontado por Ratzel como fundamento da base físico-natural do Estado-Nação. Trata-se de um território com sua população, fronteiras e recursos naturais, o que constitui a base imprescindível para o desenvolvimento de uma determinada Nação e o fortalecimento de um dado Estado. Este desenvolvimento, nesta perspectiva dependeria do controle ou manutenção e da conquista de novos territórios, ou seja, a captação de novos espaços vitais (Cazarotto, 2006).

Neste sentido, seria o controle da posse de novos territórios um dos fatores determinantes na constituição do Estado. Neste contexto, é essencial compreender que o espaço é anterior ao território e por isso é seu substrato, ou seja, o território se forma a partir do espaço geográfico e é o resultado de uma ação conduzida por um ato sintomático (ato que realiza um programa) em qualquer nível (Raffestin, 1993). Neste sentido, o autor explique que território é

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (Raffestin, 1993, p. 144).

Por outro lado, Bonnemaïson (1940-1997) apontou outro sentido diferenciando a perspectiva do conceitual em questão, atrelando a ideia de território ao espaço geográfico, evidenciando principalmente as condições do cotidiano da vivência social, de afetividade, identidade e diferença da população local, uma perspectiva cultural e compreensiva da realidade (Tuan, 1983).

Importante destacar que (Haesbaert, 2007) define território a partir de três vertentes básicas: 1) jurídico- política, quando o território é entendido como um espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente estatal; 2) cultural, onde o território é visto como produto de apropriação feito por meio do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço e; 3) econômica, quando o território é visto como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre classe-trabalho (Sack, 1986).

Na mesma direção o geógrafo suíço Raffestin, em 1993, discutiu essa definição e ressaltava o fato de o espaço ser anterior ao território (Haesbaert, 2007). Ou seja, o território é a produção do espaço, mostrando as marcas pelo poder, que é exercido por pessoas ou grupos e está intrínseco em todas as relações sociais. Assim, Raffestin aponta, na sua formulação de ideias, que o território é o espaço apropriado por uma relação de poder e essa relação, encontra-se, assim, expressa em todos os níveis das relações sociais.

Atualmente, o território é concebido, nas mais diversas análises e abordagens, como um espaço delimitado pelo uso de fronteiras – não necessariamente visíveis – e que se consolida a partir de expressão e imposição de poder. No entanto, diferentemente das concepções anteriores, o território pode se manifestar em múltiplas escalas, não possuindo necessariamente um caráter político.

No que diz respeito a fronteira internacional, na maioria das vezes, tem estreita relação com a noção de limite. Considera-se, nesses casos, que a fronteira é uma linha imaginária, um marco histórico físico ou mesmo geográfico que separa duas ou mais nações. Essa ideia de fronteira surgiu com o Estado Territorial, o qual teve origem com a transição do Estado Medieval ao Estado Absolutista e, conseqüentemente, ao atual Estado Moderno (Souza, 2001).

O território pode ser visto como uma materialidade, cuja apreensão por meio da percepção e que o caracteriza como paisagem (Santos; Souza; Silveira, 2002). Como forma política e econômica a distinguir o espaço, categoria, objeto e totalidade social, o território contém subespaços que seriam as regiões. A constituição do território na conceituação apontada pelo autor considera o território sob a abordagem política quando o definiu como o nome político para o espaço de um país (Andrade, 1995).

Assim, o território é percebido como materialidade (configuração territorial) e está sujeito à sua gestão. A territorialidade não provém do simples fato de viver em um lugar, mas da comunhão que com ele se mantém e suas relações sociais cotidianas (Santos; Souza; Silveira, 2002). Ou seja, é uma forma política e econômica de caracterizar o espaço, categoria, objeto e totalidade social.

Este autor, também, faz uma abordagem da questão do território no Brasil, indicando a definição de território com uma abordagem profundamente política e

econômica de ocupação do espaço territorial brasileiro. Como, também, fez Raffestin, indicando a ideia de poder que é uma constante na análise teórica do território. A este respeito Andrade explica território, diferenciando de espaço e de lugar afirmando que

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (Andrade, 1995, p. 19).

Assim, o autor distinguiu o território de espaço, considerando o espaço de maneira mais ampla, abrangendo a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. Ao passo que o território se concebe pela formação no transcurso da história, ou seja, a formação do território é externa a ele, e como será definido dependerá da periodização da história a partir da apropriação da natureza pelo homem. A interligação dos aspectos sociais, econômicos e culturais também são importantes no decorrer dos momentos históricos e do desenvolvimento das técnicas.

Outro pensador do tema, é o norte-americano Sack que contribuiu de maneira significativa neste campo do conhecimento, especialmente quando afastou a definição de território da noção de Estado e considerou que a relação de territorialidade, da imposição dos territórios e as suas relações se transformam no tempo e no espaço. Com três pilares para o entendimento: área, comunicação e controle. Neste pensamento, a territorialidade é uma estratégia aplicada pelos indivíduos ou grupo social para influenciar ou controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área (Sack, 1986).

Assim, a territorialidade seria aquilo que se encontra em um território e está sujeito à sua gestão. A territorialidade pode ser definida também como o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que oferecem sentido, valor e função aos objetos espaciais (Sack, 1986). As armas que os territórios possuem são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais das mais

diferentes magnitudes e intensidades e que podem ter um caráter permanente, mas também, podem ter uma existência periódica ou cíclica.

Nesta análise, a terra é tomada por território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas e de cooperação. O território é um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações, de redes internas e externas que envolvem a natureza. Neste olhar o espaço físico entra nas relações e nas estruturas sociais (Saquet, 2010). Assim, a pluriescalaridade é fundamental como princípio basilar da compreensão das diferentes escalas dos territórios.

O termo pluriescalaridade pode ser compreendido como se fosse territorialidade diferencial (Fernandes, 2008). Seguindo essa ideia de distinção, o autor propõe três tipologias de territórios (espaço de governança da Nação, espaço de vida e espaço relacional) que têm como base as relações praticadas por classes ou grupos sociais.

### 2.3 AS CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Em primeiro lugar a concepção de território como espaço de governança da Nação – ou seja, é uma base geográfica sob jurisdição da Nação e espaço de governança organizado em diversas escalas e instâncias; em segundo, a ideia de território como propriedade e espaço de vida – isto é, uma frações da ideia do primeiro exemplo, entretanto, o privado se diferencia da governança pública e; o terceiro tipo, diz respeito ao espaço relacional – que significa as formas de uso dos territórios, circulação da mercadoria, bens e serviços, a construção da territorialidade de fato e uso do espaço. Neste sentido, territorialidade: “designa a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou compreensão pelo ser humano” (Sposito, 2009, p. 11).

Assim como o território, a discussão em torno da definição de territorialidade, também, assume dimensões múltiplas (Haesbaert, 2007). Na postulação da definição de territorialidade surgem outras concepções conceituais, como, por exemplo, espaço, território, poder e lugar, que em alguns aspectos, relacionam-se apenas de forma secundária e em outros aparecem de maneira

direta não podendo ser reduzidos, simplificados ou separados, pois estão unidos por um elo teórico complexo e dinâmico (Heidtmann, 2008).

Em síntese, para compreensão do termo, pode-se recorrer ao pensamento sobre um determinado grupo ou instituição que estabelece sobre uma dada realidade a sua expressão territorial, assim, fala-se em territorialidade. De certo modo, a expressão da definição de territórios está vinculada a importância das práticas socioespaciais, que exercem influências determinantes, direta e indiretamente, no processo de transformação do espaço geográfico em suas paisagens, regiões e lugares.

É importante salientar que a contextualização da territorialização pode ser compreendida simplesmente como um processo de “habitar um território” (Kastrup, 2005, p. 215). O ato da sedimentação habitacional de grupo de pessoas traz como resultado a corporificação de saberes e práticas. Por outro lado, é importante destacar a diferença de fronteira, não somente, considerada um limite físico ou político, desprovido de sujeitos e relações, de tal maneira, que o território não é mais compreendido somente como uma demarcação espacial, dotado de características físicas e sociais. Abrange todas as relações socioespaciais.

Com a evolução do pensamento, pode-se conceber o território, em diversas análises e abordagens, como espaço delimitado pelo uso de fronteiras – não necessariamente visíveis – e que se consolida a partir de expressão e imposição de poder. No entanto, diferentemente das concepções anteriores, o território pode se manifestar em múltiplas escalas, não possuindo necessariamente caráter político.

O processo de formação territorial nem sempre acontece por meio de expressões concretas sobre o espaço. Podem existir caráter cíclico (que varia com o tempo), móvel (que se desloca nos mais diferentes espaços) e que se organiza a partir de redes que se interligam pelo fluxo de informações ou contatos (Souza, 2001). Dessa maneira, pode-se compreender que o território possui vários níveis, variando desde o local até o global. Além disso, ele pode se expressar, por exemplo, por meio de relações naturais ou biológicas, culturais, políticas, sociais, econômicas e militares.

É consenso, entre os autores presentes nesta discussão, a relação de poder como fundamental para a caracterização de território. Nas obras

apresentadas, a definição de território foi tratada ora pelo caráter político-administrativo, marcado pelo poder e pela projeção do trabalho humano. Ficou demonstrado nesta abordagem o caráter do poder estatal, que introduz, na composição do território os aspectos humanos da identidade social e o econômico da relação capital-trabalho (territorialidade).

A existência de múltiplos territórios dentro do território do Estado-Nação, atuando com abordagem política e com os aspectos culturais dos muitos territórios, indicando a sua presença temporária ou permanente no tempo e no espaço. O território em uma análise com enfoque político, econômico e cultural, sendo ele articulado pelas relações de poder de um determinado grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades cotidianas que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida social das pessoas no seu habitual dia a dia.

### **3. VILA VELHA DO CASSIPORÉ, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE**

Os dados aqui apresentados foram coletados por meio da aplicação de trinta (30) formulário à moradores do distrito de Vila Velha do Cassiporé entretanto, dois critérios a mais foram utilizados na pesquisa, que esses moradores fossem, também, usufrutuários do Projeto de Assentamento do INCRA e que tivessem entre 18 e 79 anos de idade. Além do levantamento com a aplicação do formulário, houve uma entrevista com o chefe do PARNA do Cabo Orange.

A pesquisa em campo ocorreu em abril de 2024 e teve como objetivo colher dados sociais, culturais, econômicos, e a relação da comunidade com o PARNA do Cabo Orange, com a finalidade de elaborar um diagnóstico com o perfil das atividades socioculturais (realidade da dinâmica populacional dos moradores), econômicas (base econômica e fonte de renda) realizadas pela comunidade no processo de construção do seu território e sua territorialidade.

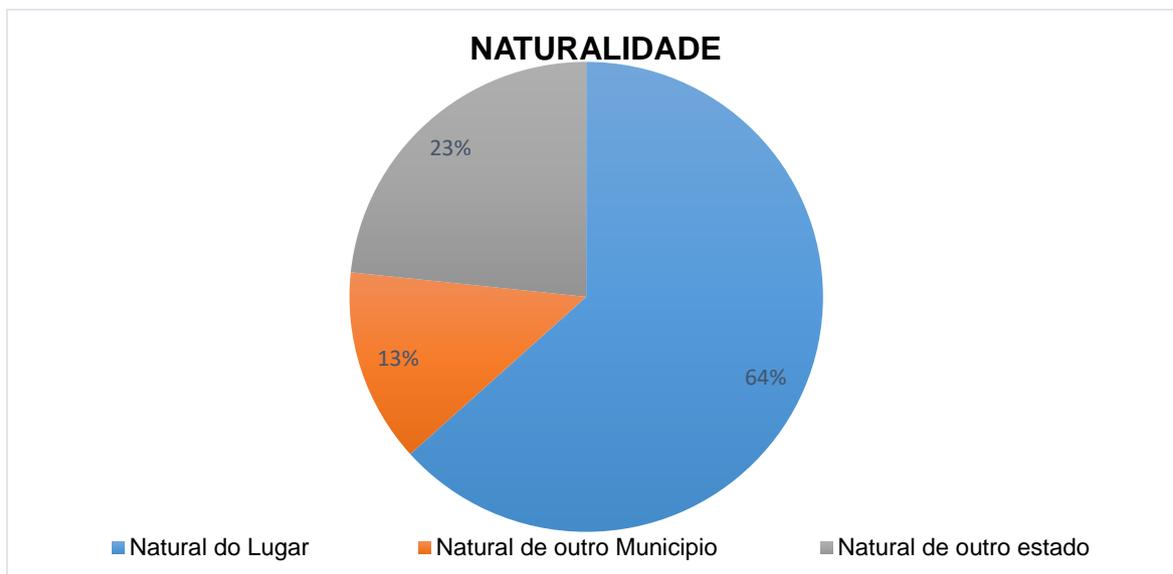
Além do levantamento destes dados, foi necessário colher informações a respeito da relação das atividades socioeconômicas e culturais dos moradores com o PARNA do Cabo Orange. Pois, parte das atividades dos comunitários é realizada na área de entorno do parque, que segundo a Lei nº 9.985/2000, em seu art. 2º, inciso XVIII deve ter regime especial de administração e manejo ao determinar que nas zonas de amortecimento, ou seja, no “[...] entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. Essa determinação legal trouxe conflitos de uso dos elementos da natureza por parte dos comunitários.

#### **3.1 ORIGEM E PERMANÊNCIA DOS MORADORES**

O primeiro aspecto a ser inquerido foi relacionado a origem dos moradores da comunidade principal do distrito de Vila Velha do Cassiporé (Gráfico 01). Este aspecto é importante nesta análise, pois, busca identificar como ocorre a dinâmica populacional no distrito. A pergunta a esse respeito foi formulada a partir das observações no cotidiano dos comunitários e nas conversas informais, quando se percebeu que havia moradores que não eram naturais da comunidade e que tinham

origens variadas, tanto dentro, como fora do estado. Em geral, os imigrantes têm suas histórias relacionadas as atividades econômicas da região, sobretudo, as atividades primárias.

**Gráfico 01 - Origem dos moradores de Vila Velha do Cassiporé**



**Fonte:** Pesquisa em campo (2024).

Com base no direcionamento estabelecido nos critérios do estudo foram abordados os sujeitos da pesquisa, moradores residentes assentados. Uma parte expressiva, 64%, afirmaram que são naturais da própria localidade; 13% são migrantes de município do próprio estado, como: Serra do Navio e Calçoene e 23% informaram que são naturais do estado do Pará, das cidades de Colares, Bragança e Chaves. Os não naturais chegaram na localidade ainda nos anos 1980 e 1990 e, por esta condição se tornaram assentados, do Programa de Reforma Agrária do INCRA.

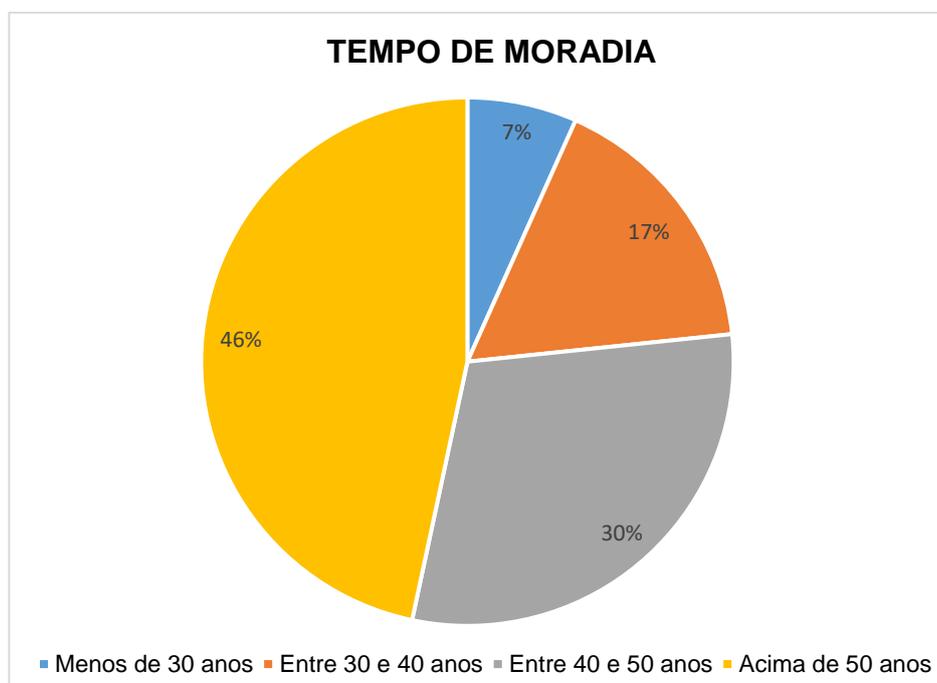
Analisando os dados levantados, pode-se inferir que a comunidade recebeu a maior leva de migrantes no período da transformação do Território Federal em Estado do Amapá (período de grande atração populacional) e do processo de fragmentação do território amapaense (com a criação de novos municípios - 1987 e 1992). Neste período, houve a ampliação da oferta de empregos e implantação e aumento de serviços públicos, porém, o que mais atraiu imigrantes, naquelas décadas para o extremo norte do Amapá, foram as condições geográficas e a biodiversidade do litoral e da região dos lagos da região, com

grande riqueza da ictiofauna, quando o município de Oiapoque passou a receber, com mais frequência e intensidade, pescadores advindos do estado do Pará.

Muitos pescadores que chegavam à costa do Amapá não se estabeleceram na sede do município de Oiapoque, foram buscando ambientes similares as suas atividades pretéritas e como a comunidade de Vila Velha do Cassiporé é um ambiente onde se desenvolve, sobretudo, atividades primárias (como, por exemplo, a pesca), esses imigrantes encontraram o lugar para desenvolver seus meios de subsistência e com isso, constituíram famílias. Entretanto, o que realmente fixou esses moradores na comunidade foi a criação do Projeto de Assentamento, que legalizou a permanência ao território, com o recebimento dos lotes agrário, ou seja, construíram sua territorialidade.

Após a identificação de que existem moradores que não são naturais da comunidade/assentamento de Vila Velha do Cassiporé foi necessário indagar o tempo de residência dessa população (Gráfico 02). Este aspecto é importante para corroborar com os dados coletados anteriormente e elaborar análises a respeito do perfil da população residente no distrito.

**Gráfico 02** - Tempo de residência dos moradores de Vila Velha do Cassiporé



**Fonte:** Pesquisa em campo (2024).

Com relação ao tempo de residência em Vila Velha do Cassiporé foi constatado que os colaboradores da pesquisa têm tempos de residências variados. Constatou-se que 7% moram a menos de 30 anos na comunidade; 17% residem entre 30 e 40 anos; 30% vivem na comunidade entre 40 e 50 anos e 46% moram a mais de 50 anos. Considera-se os residentes acima de 30 anos como nativos do lugar. Neste sentido, é perceptível que o grupo que reside a mais de 50 anos na comunidade é maior, comprovando o que é percebido visualmente, ou seja, a maioria dos assentados da comunidade é de adultos e idosos. Este panorama indica, também, que a faixa etária de jovens é reduzida na comunidade. Ou seja, poucos jovens casais residem e desenvolvem sua produção na comunidade/assentamento.

Em síntese, com a pesquisa em campo foi possível deduzir que a maioria dos moradores da comunidade de Vila Velha do Cassiporé nasceram na própria comunidade (64%), o que indica que a base da sociedade local é de nativos do lugar. Essa constatação é perceptível quando se observa os comunitários, que em geral são pessoas mais idosas que residem na área. Outra verificação importante é o tempo de residência na comunidade, os dados coletados demonstraram que aproximadamente 50% dos moradores estão na comunidade a mais de cinquenta anos, o que indica que apenas 18% dos que nasceram na comunidade são jovens ou crianças.

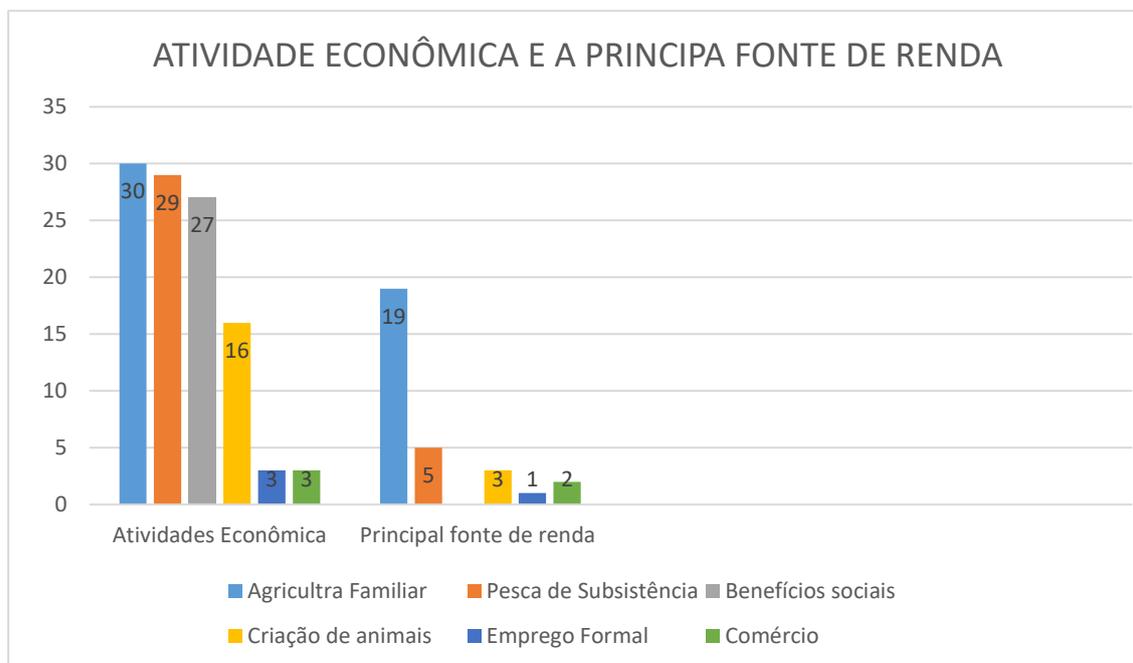
No entanto, percebe-se que na realidade a maioria desse percentual corresponde as crianças que estão sob tutela dos pais e que, ainda, podem estudar na própria comunidade. O que não acontece com a faixa etária de jovens, que buscam oportunidades de educação e outros serviços públicos na sede do município de Oiapoque, ou mesmo, em Macapá.

### 3.2 ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS

A terceira pergunta feita aos comunitários foi relacionada as condições econômicas e fonte de renda (Gráfico 03). De acordo com as observações *in loco*, percebe-se que a maioria das atividades econômicas estão ligadas ao setor primário da economia, principalmente com a pequena agricultura, aqui identificada como familiar ou agricultura de subsistência. Porém, foi possível perceber, também,

que outras atividades estão presentes no cotidiano da população e esse terceiro questionamento buscou identificar quais são essas atividades e como é formada a renda das famílias.

**Gráfico 03 - Economia e Fonte de renda**



**Fonte:** Pesquisa em campo (2024).

Com a coleta de dados foi possível confirmar que a agricultura de subsistência (ou familiar) é a base da economia local, porém, outras fontes complementam a renda, como: a pecuária de grande e pequeno porte, o extrativismo (representado pela pesca e produtos florestais), os funcionários públicos e atividade de comércio. Entretanto, a principal base e complementação de renda e sustentação familiar advém de programas de transferência de renda do governo Federal, Programa Bolsa Família.

Em Vila Velha do Cassiporé, de acordo com as informações colhidas em campo, foi possível constatar que a principal atividade econômica das famílias é a agricultura, com 100% dos colaboradores da pesquisa afirmando praticam essa atividade. Esta condição, deve-se, também, ao fato de a população desenvolver suas atividades dentro de um projeto de assentamento. As principais culturas identificadas foram o plantio da mandioca, da banana, da melancia e do cupuaçu. Em geral, produção é destinada ao consumo interno, porém, o pequeno excedente

é comercializado fora da comunidade, em especial, na sede do município de Oiapoque.

É importante destacar que a agricultura familiar é imprescindível para a segurança alimentar da população, pois é uma atividade que produz alimentos saudáveis, essenciais ao combate da desnutrição e da obesidade. Outra condição fundamental e a sua colaboração com a fixação das famílias no campo, minimizando os problemas causados pelo êxodo rural, como espraiamento das cidades e a formação de favelas. Por outro lado, pode-se apontar a importância de priorizar a agricultura de subsistência, pois, promove a inclusão produtiva e contribui para o desenvolvimento socioeconômico do município que geralmente possui baixa dinamicidade econômica, sendo fomentado pela comercialização do excedente da produção.

Com relação a pecuária, os dados coletados indicam que 53,28% dos moradores criam animais de grande porte (bovinos e bubalino) e pequeno porte (suínos e frango), inclusive no entorno e dentro do PARNA do Cabo Orange, o que vai de encontro com a legislação que criou a UC. A pecuária praticada na comunidade é destinada para o consumo dos próprios moradores, ou seja, o excedente da produção é praticamente inexistente e a comercialização desse produto se torna inviável devido a distância entre a comunidade e os maiores centros de consumo da região, além das péssimas condições de trafegabilidade, o que torna difícil a exportação.

Outra informação coletada diz respeito as atividades extrativas. Neste item foi possível constar que existem dois tipos principais na comunidade: o extrativismo vegetal e a pesca. O extrativismo vegetal tem suas bases na colheita nativa do açaí e do cacau, mas, há extração menor importância de outros frutos da flora silvestre. Essa colheita é praticada por todos os colaboradores da pesquisa. Neste item foi possível perceber que o açaí e os frutos silvestres são extraídos para consumo interno e o cacau é destinado, tanto ao consumo da comunidade, uso como bebida em substituição ao café, quanto para a produção de chocolate na sede do município de Oiapoque.

Com relação a pesca, as informações coletadas demonstram que 93% praticam a pesca de subsistência, geralmente artesanal sem emprego de técnicas inovadoras para a captura da ictiofauna. A pesca ocorre para suprir as

necessidades de alimentos da comunidade, entretanto, o excedente é comercializado dentro e fora da comunidade, o que proporciona pequenos lucros aos pescadores.

De maneira geral a pesca artesanal sempre foi uma tradição das famílias ribeirinhas do distrito de Vila Velha do Cassiporé, sendo um dos principais meios de obtenção de proteína animal, o pescado está na dieta das famílias da comunidade e é relevante para a segurança alimentar e manter a cultura local. O reduzido excedente é comercializado para complementação de renda, quando possível é enviada para ser negociado em Oiapoque, que é um grande mercado consumidor de pescado de águas doce.

Destaca-se neste contexto que a pesca artesanal é importante para a conservação da biodiversidade e é uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte.

Outras constatações da pesquisa em campo foram as relativas a existência de funcionalismo ligados ao setor público ou prestador de serviço, com 7% do público-alvo da pesquisa e de pequenos comerciantes, com 7%. O primeiro é representado pela presença de funcionários da limpeza e alimentação, técnico em enfermagem e o agente de saúde (vinculados a prefeitura de Oiapoque) e o segundo são residentes que comercializam gêneros alimentícios, materiais de limpeza e variedades. Vale frisar que são pequenos comércios que funcionam geralmente em sala da casa de morada. É importante ressaltar que legalmente funcionários públicos não devem ser beneficiários de projetos de assentamento, exceto professor da educação básica e agentes comunitários de saúde, que foi o caso, em como funcionários de asseios e limpeza e manutenção contratados temporariamente, por outro lado já assentado que entraram no serviço público.

Os dados da pesquisa em campo demonstraram que a importância na complementação da fonte de renda da população de Vila Velha do Cassiporé é proveniente do Programa Bolsa Família, representando 90% do total do público-alvo do estudo. O Bolsa Família é um programa de transferência de recurso financeiro que de forma direta complementa a renda das famílias, possibilitando melhorias na alimentação, na aquisição de bens de consumo, como material

escolar para as crianças e vestuários, dentre outros bens de consumo necessária para a melhoria da qualidade de vida.

Outra finalidade do programa é o estímulo a manutenção da criança e do adolescente na escola. Além do benefício imediato às famílias contempladas pelo Bolsa Família em garantir renda, o programa integra políticas públicas, facilitando o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e moradia. Trata-se, portanto, de um programa que integra ramos diferentes da proteção social, da previdência e da assistência. Com o auxílio, além de ter segurança alimentar, muitos beneficiários do programa conseguem se formar, obter emprego e viver dignamente.

### 3.2.1 O papel do INCRA no distrito de Vila Velha do Cassiporé

Outra questão relacionada as atividades econômicas e que tem relação direta com a produção agropecuária na comunidade/assentamento foi o questionamento sobre o papel do INCRA na implementação de medidas para fomentar a fixação, cultivos e escoamento da produção gerada no assentamento. O Gráfico 04 demonstra a percepção que os comunitários têm desta instituição na execução de programas, projetos e ações que visem a melhoria das condições do desenvolvimento da produção.

**Gráfico 04 - A percepção dos moradores sobre as ações do INCRA**



Fonte: Pesquisa em campo (2024).

De maneira geral os relatos apontam para a ausência de ações do INCRA no assentamento, segundo moradores a sensação é de desprezo. De maneira geral a não houve implementação. Segundo eles a instituição não representa os anseios de quem quer produzir. De fato, não há bem, fomento ou serviço de relevância do órgão no assentamento.

No tocante a percepção dos moradores com a relação as ações do INCRA na execução de políticas para melhorar a produção agrícola no distrito, 43%, dos colaboradores da afirmaram que a instituição não desenvolve nenhuma atividade na comunidade/assentamento; 20% asseveraram que o órgão esqueceu que o assentamento existe; 17% indicaram que foram abandonados e 20% garantiram que o instituto realizou pouquíssimas ações na comunidade. O conjunto de respostas sinalizam clara insatisfação com órgão público responsável por implementar o conjunto de medidas capazes de fomentar a fixação dos assentados, melhorar os cultivos e executar medidas de escoamento da produção. Ou seja, na percepção dos moradores é necessário infraestrutura mínima para que o assentamento atinja seus objetivos.

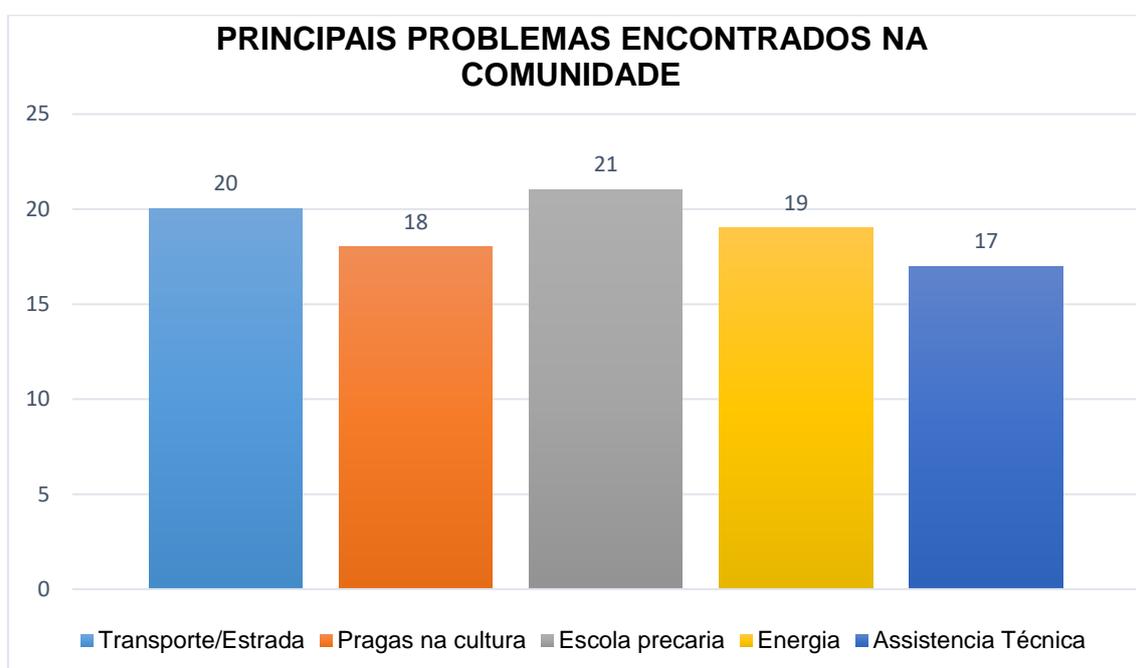
Neste sentido, é importante destacar que os Projetos de Assentamentos da Reforma Agraria são apoiados por um conjunto de políticas governamentais, entre elas o crédito próprio, que objetiva financiar a ocupação dos lotes e subsidiar a construção de casas e benfeitorias, bem como, o custeio de beneficiamento da produção, apoio logístico para escoamento e comercialização dos produtos e fornecer assistência técnica aos assentados. Entretanto, essas medidas ainda não foram disponibilizadas à comunidade e se tornaram reivindicações históricas e permanentes.

A qualidade de vida dos assentados diante da precariedade e ausência da assistência e a chegada das políticas públicas de inclusão e fomento a produção é percebida pelos assentados como estagnada, sem melhorias significativas. Frustrando muitas expectativas de usufruírem melhor a posse da terra, visto que a criação do assentamento se apresentou como uma estratégia de inserção social das famílias a ali residentes.

### 3.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ASSENTADOS

No decorrer da pesquisa em campo foi perceptível que os comunitários/assentados enfrentam inúmeros problemas relacionados à vários aspectos do seu cotidiano. Para dar visibilidade a estas questões foi perguntado quais as principais dificuldades enfrentadas por eles. O Gráfico 05 mostra as principais dificuldades indicadas pelos comunitários. Destaca-se que o colaborador poderia indicar mais de um problema, por esse motivo, o total de resposta é superior a trinta (que é o tamanho da amostra).

**Gráfico 05 - Dificuldades enfrentadas pelos comunitários**



**Fonte:** Pesquisa em campo (2024).

Com o auxílio do gráfico é possível identificar que 67% dos colaboradores indicaram que a estrada e os meios de transportes são os grandes entraves que a comunidade enfrenta; 60% afirmaram que as pragas nas culturas é o que mais afeta o cotidiano das pessoas; 70% indicaram que a precariedade das duas escolas existentes no distrito, que oferecem a educação básica da rede municipal e estadual, é o maior problema que os comunitários vislumbram; 63% afirmaram que os maiores problemas estão relacionados com a precariedade da energia elétrica

ofertada pela mini usina termoeletrica e 57% destacaram a falta de assistencia tecnica como dimensao importante no cotidiano da populacao.

A questao do transporte e estrada para acesso a outros nucleos populacionais, como por exemplo, a cidade de Oiapoque, contam apenas com carros particulares, com alto custo para o padrao social das familias e o ramal de 38 km (Figura 02) que liga a comunidade a BR-156, encontra-se em pessimas condicoes de trafegabilidade, os proprios moradores constituem mutiroes para fazerem a manutencao e amenizar as condicoes dos locais criticos, como atoleiros, pontes e voçorocas.

O segundo item analisado e com relacao as pragas presentes nas culturas cultivadas no assentamento, em especial a mandiocultura. Este item, segundo os colaboradores, esta associado a ausencia de assistencia. Na percepcao dos moradores e necessario implementar tecnicas de cultivos para evitar o extermio das roças de mandiocas e de outras culturas que, tambem, sao afetadas. E necessario fazer manejo para combater as pragas e apresentar novas alternativas de cultura.

Com relacao a praga que se espalhou nas culturas desenvolvidas pela comunidade e perceptivel que a doenca tem atacado as plantacoes, especialmente de mandioca as plantas apresentam crescimento excessivo das hastes laterais, produzindo sintomas semelhantes a uma vassoura, ha rompimento, estrangulamento e escurecimento de seus vasos condutores, secando os caules e apodrecendo os tuberculos, inviabilizando o cultivo e a producao. Tal situacao se alastra pelas roças e que estao sendo dizimados cultivos inteiros. Verifica-se, tambem, a incidencia em palmeiras como nos coqueiros. Nao se sabe qual a causa, mais apresentam falencia das plantas. Ha suspeitas da possibilidade de ser uma doenca causada por fitoplasma, bacterias e fungos que sao transmitidos por insetos.

As pesquisas apontam que sejam a doenca da vassoura-de-bruxa da mandioca – *Manihot esculenta*, causada pelo fungo *Rhizoctonia theobromae* (sin. *Ceratobasidium theobromae*, *Oncobasidium theobromae*, *Thanatephorus theobromae*), e uma doenca emergente com elevado potencial destrutivo o posicionando-se como uma das mais importantes ameacas desta cultura da mandiocultura na regio (Gov. 2023). Os esforcos estao se dando para o combate

e minimizar seus efeitos, como também outras medidas mitigadoras, como eliminar plantas doentes e fazendo rotação de Cultivos.

Os moradores apontam algumas alternativas para a resolução do problema, como: produção de novas mudas de plantas mais resistentes as pragas, rotação de culturas e incremento de novos cultivos alternativos, com emprego de novos tratamentos culturais. Indicam inclusive, a possibilidade queimadas e revolver a terra com aração para oxigenar o solo. Uma alternativa indicada pelos moradores é a troca do cultivo do tubérculo pela produção de verduras, vegetais e hortaliças que é uma demanda necessária para o mercado consumidor de Oiapoque, e que geralmente são culturas de ciclos curtos. Neste caso, seriam necessárias ações coordenadas com foco na logística de transporte e em feiras regulares, com isso se estabeleceria um mercado consumidor permanente.

Voltando ao tema da assistência técnica foi ressaltado que não existe, nem pelo INCRA e nem pelo órgão de extensão rural do estado, que é o Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) e que possui um escritório de representação na sede do município Oiapoque. Entretanto, embora a proximidade com a comunidade, a instituição não disponibiliza técnicos, nem meios para fornecer assistência aos assentados.

Outro problema enfrentado pelos comunitários/assentados é a precariedade das duas escolas existentes no distrito, que oferecem a educação básica da rede municipal e da estadual. A questão da educação salientada com ênfase e descontentamento, demonstrando insatisfações com os gestores, tanto de nível municipal, como estadual. A escola que atende o primeiro seguimento da educação básica de responsabilidade do município encontra em precárias situações físicas, têm funcionado fora do calendário da rede municipal, inclusive ao término do mês de abril de 2024 (período da pesquisa de campo) não havia perspectivas de início de ano letivo e contratação de professores.

Por outro lado, o segundo seguimento do ensino fundamental e médio é atendido pela rede estadual de educação. Foi relatado que a escola era antiga e foi sucumbida pelo tempo, enquanto se protelavam a construção de uma nova escola, os alunos eram atendidos em uma casa improvisada como escola e que recebiam professores alternados em blocos de componentes curriculares. A esse respeito é

prudente informar que houve a inauguração de um novo prédio educacional em abril de 2024 (Figura 04).

Outro tema bastante relevante para a comunidade e que se tornou um problema está relacionado a precariedade da energia elétrica ofertada pela miniusina termoelétrica com o fornecimento de combustível ofertado pelo Programa Luz para Todos e placa solar instalado nas residências. Entretanto, esses sistemas não é suficiente para satisfzer a necessidade dos moradores.

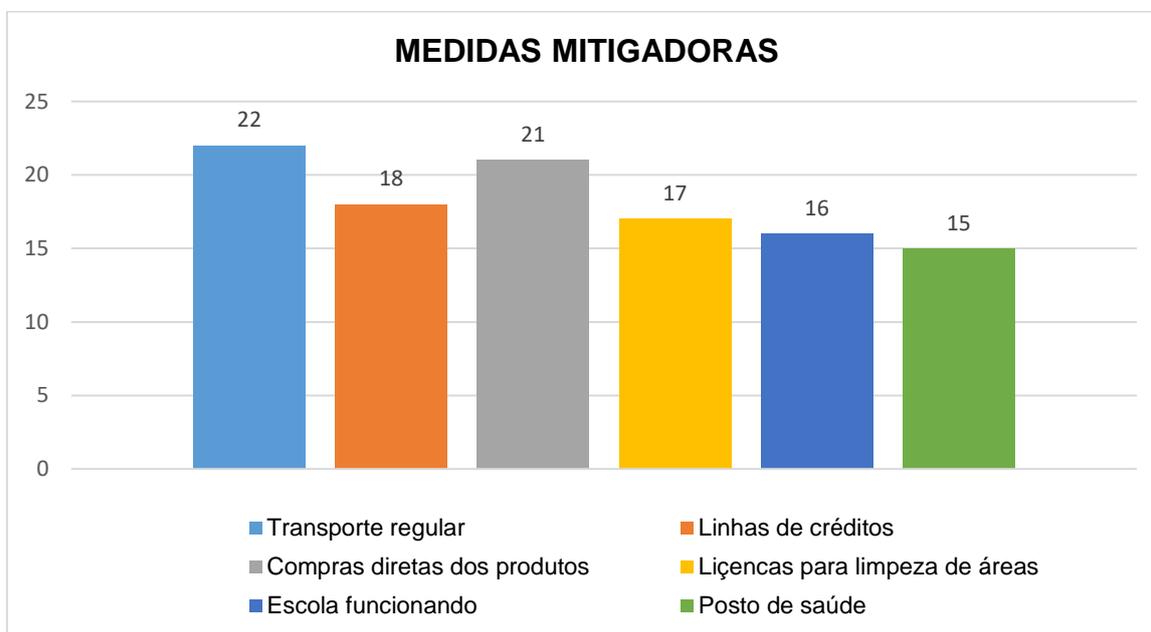
A questão da eletricidade, há décadas, é gerada por um pequeno sistema termoelétrico que produz energia por meio da queima de combustíveis fósseis, no caso específico, óleo diesel. Entretanto, é um sistema frágil e que passa semanas com defeito e sem funcionamento. Mesmo com esta condição não existe assistência regular da prefeitura municipal de Oiapoque. Recentemente, por meio do Programa Luz Para Todos, o município instalou sistemas de energia fotovoltaicos, que funcionam por meio da energia solar nas residências, mesmo de baixa capacidade de geração, minimiza os problemas da eletricidade.

Entretanto esse Kit fotovoltaico que compreende apenas duas placas solares, duas baterias e um conversor de baixa potência, que apenas em dias ensolarados é capaz gerar carga suficiente para ligar um ou dois equipamentos de baixo consumo e a noite consegue fornecer eletricidade para apenas algumas lâmpadas, evidenciando que capacidade da energia e armazenamento é insuficiente para a demanda das famílias.

### **3.3.1 Medidas mitigadoras**

Diante do rol de problemas enfrentados, tinham indicação de como minimizá-los com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, e até fixar, a população na comunidade. O Gráfico 06 mostra o resultado desta indagação e apresenta seis soluções para mitigar as dificuldades encontradas. Nesta questão o colaborador da pesquisa poderia indicar mais de uma solução. Como veras todas as alternativas foram bastante indicadas, evidenciando e são várias medidas a serem adotadas como medidas atenuadoras dos problemas locais.

**Gráfico 06 - Indicações para mitigar os problemas da comunidade/assentamento**



**Fonte:** Pesquisa em campo (2024).

As medidas mitigadoras propostas pelos moradores com o objetivo de reduzir os problemas locais se apresentam da seguinte forma: 73% apontaram que uma das alternativas o desenvolvimento da comunidade é a regularização do transporte entre a comunidade e a sede do município de Oiapoque; 60% mencionaram a necessidade de linhas de créditos para limpeza e preparação de solos, criação de pequenos animais e implementos agrícolas e 70% afirmaram que há a necessidade de formação de feiras, onde os consumidores pudessem fazer compras direto dos produtores, sem intermediários.

Outras medidas mitigadoras recomendadas foram: 57% que indicaram a necessidade de flexibilizar/facilitar as licenças para limpeza de áreas, pois existe o medo de represálias por conta dos órgãos de fiscalização ambiental, vinculada ao PARNA do Cabo Orange; 53% disseram que é necessário melhorar a infraestrutura e o funcionamento das instituições de ensino da comunidade e 50% destacam a questão da saúde, com suplemento de insumos de material médico e de profissionais no posto de saúde.

A questão do transporte regular é uma alternativa que deveria ser implementada na comunidade e os moradores indicam que no passado, até o ano

de 2015 havia o caminhão da feira, que transportava pessoas, produtos e traziam as compras os bens de consumo para a comunidade, esse transporte tinha uma regularidade estabelecida, geralmente era alugado pelo governo do Estado. Entretanto, os próprios comunitários já tiveram um caminhão que era mantido pela prefeitura de Oiapoque, e como ficava a serviços da prefeitura o veículo se depreudou de tal forma que não houve conserto. O transporte de produtos e pessoas são realizados em transportes particular de prestadores de serviços de fretagem.

Com relação a ausência de linhas de créditos para fomentar a produção agrícola, criação de animais, melhorias nas residências e até mesmo no beneficiamento de produtos derivados agricultura local é um problema considerado relevante e a maioria dos comunitários afirma que houvesse fomentos para melhorias das casas, manejo e beneficiamento do cacau, do açaí e do cupuaçu, além do estímulo à criação de suínos e aves, a renda dos comunitários aumentaria e a qualidade de vida melhoraria, inclusive, com uma melhor segurança alimentar para a população local.

Outra dificuldade evidente entre os comunitários é a comercialização do pequeno excedente de sua produção. Este é um fator limitador dos produtores, o custo do transporte e principalmente sem comprador certo e sem o espaço adequado na feira da cidade de Oiapoque e em condições precárias no local destinado, os consumidores deixam de existir. Neste caso, o agricultor precisa deixar a produção em um galpão e sair oferecendo seus produtos a comerciantes locais e a população em geral. Em certas ocasiões o preço é muito inferior ao gasto pelo processo produtivo e muitas vezes o pagamento não é de imediato.

Mesmo com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que têm como finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar os produtores de Vila Velha do Cassiporé poucos são beneficiários desta política e se fossem mais contemplados coma venda dos produtos ajudaria bastante os produtores.

As dificuldades são encontradas, também, na concessão das licenças ambientais para limpeza de área para cultivo, mesmo em áreas do assentamento, pois a ausência de assistência técnica, a limpeza é realizada, em geral, com a queima do material lenhoso. Com esta prática, o processo é custoso e burocrático, afastando os agricultores das normas vigentes para fazerem suas roças, a maioria

limpa pequenas áreas e aos poucos vão queimando. Geralmente usam as mesmas áreas já derrubadas, as chamadas copeiras com mato ralo e fino. Esse processo acontece nos meses mais seco, período que antecede a época das chuvas mais intensas, geralmente antes do mês de dezembro.

A importância da educação para um grupo social é de suma importância e é com base neste fundamento que os moradores reivindicam um sistema escolar com bom funcionamento atendendo as expectativas das crianças e jovens, sendo fundamental para o desenvolvimento social do lugar. Mas, constata-se na comunidade a precariedade na oferta do ensino básico, um desprezo por parte dos entes federados e gestores.

Tal situação perdura há anos, fazendo com que haja muitos jovens sem o ensino médio concluído. Essa situação causa a migração da população jovens, especialmente, para a cidade de Oiapoque. Na comunidade é evidente a baixa qualidade do ensino e não existe estímulo para o ingresso na educação superior, mesmo com a presença de várias instituições públicas de nível superior na sede do município de Oiapoque, como, por exemplo, o *Campus* Binacional da UNIFAP, Instituto Federal do Amapá (IFAP) e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

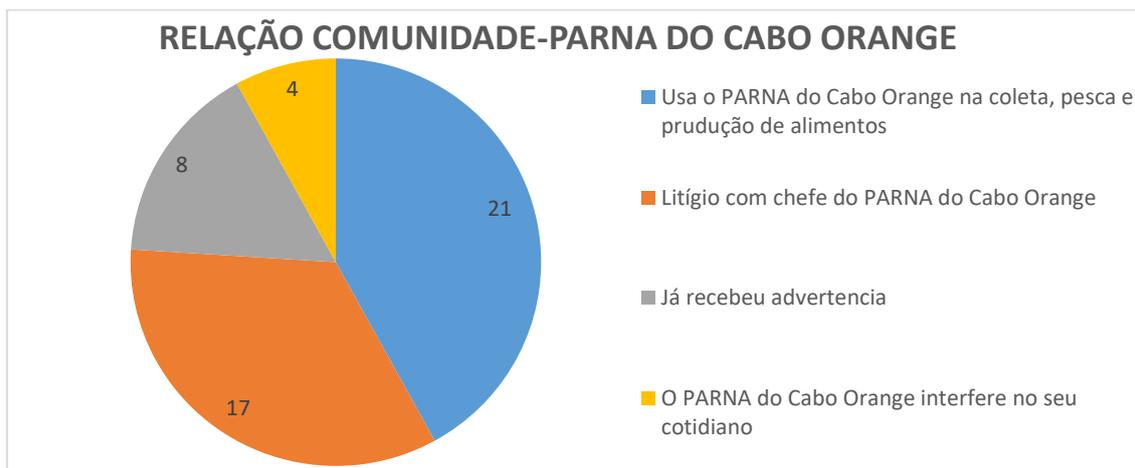
Outra medida que poderia minimizar os problemas locais seria a melhoria no atendimento de saúde. Existem um pequeno posto de saúde, em condições precárias, sem equipamentos, sem medicamentos, dispendo de apenas um técnico de enfermagem e um agente comunitário de saúde. Por estas características há impossibilidades de realizar atendimento adequado, pela absoluta ausência de insumos, equipamentos e infraestrutura. Assim, nos casos graves de doenças, as famílias precisam, por conta própria, se deslocarem para a rede de saúde pública, em Oiapoque. São raras as campanhas relacionadas ao atendimento à saúde na comunidade, quando ocorrem são: vacinação, aplicação de flúor, peso de crianças pelas equipes de saúde da família e programas de ordem federal estabelecidos no município.

### 3.4 A COMUNIDADE E O PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

A relação da convivência da comunidade com o PARNA do Cabo Orange foi um outro ponto analisado neste estudo. O distrito está assentado no seu entorno

do parque e o limite entre o distrito e a UC é o rio Cassiporé. Na área do entorno do parque estão ambientadas floresta de açai e de cacau e o rio é a principal fonte da ictiofauna, o que garante a subsistência da pesca. No Gráfico 07 é apresentado os principais relacionamentos entre os comunitários e a gestão da unidade.

**Gráfico 07 - A comunidade de Vila Velha do Cassiporé e o PARNA Cabo Orange**



Fonte: Pesquisa em campo (2024).

Observando o Gráfico onde a pessoa podia responder mais de uma alternativa, é possível inferir que 70% dos colaboradores da pesquisa utilizam a área de entorno do PARNA para a colheita de frutos, pesca e roças; 57% indicam pequenos litígios com a gestão do parque; 27% já receberam algum tipo de advertência e 13% afirmaram que a gestão do parque interfere no cotidiano dos comunitários e atrapalha a subsistência.

Com relação ao uso do entorno do parque para as atividades produtivas os comunitários/assentados afirmaram que adentram a área para pescar, colher frutos e cultivar roçados, principalmente, a produção de melancias nas margens do rio Cassiporé, no período mais seco, quando há um recuo do volume da água do rio. Existe, também, a criação de animais (bovinos e bubalinos).

Neste tema é notado um litígio ou divergências com chefe do PNCO, porém sem atritos considerados sérios, alguns reclamam que já receberam advertência verbal e confisco de apetrechos, ao passo que mesmo diante dos incidentes ninguém informou que recebeu multas por infração ambiental e mesmo assim,

afirmaram que a gestão do PARNA do Cabo Orange interfere diretamente nas atividades produtivas e econômicas desenvolvidas pelos comunitários.

Para complementar as informações sobre a relação da comunidade/assentamento com a administração da unidade foi necessário a realização de uma entrevista com o chefe do PARNA, que está sob tutela do ICMBio. As perguntas giraram em torno das ações de monitoramento e fiscalização no combate queimadas, moradias e a pesca ilegal na costa do Cabo Orange.

As informações colhidas com o entrevistado indicam que estas atividades eram realizadas em um barco de madeira denominado de Barco Médio - BM Peixe Boi. No entanto, atualmente, encontra-se com avarias e ancorado no rio Oiapoque, em frente à sede do órgão, sem condições de navegação. Assim a fiscalização com maior poder de coibição e com possibilidades de apreensão de redes de pescas que geralmente passa de dezenas de milhares de metros ficou prejudicada, principalmente no oceano onde é impossível fazer com voadeiras.

O chefe do PARNA comenta que a relação de cooperação com a Guiana que no passado foi mais intensa, atualmente é praticamente inexistente. Menciona que foi muito frutuoso o acordo bilateral de cooperação na fiscalização e operações com o Parque Natural da Guiana. Na época tinham a presença mais constante dos fiscalizadores e assim, tinha-se a sensação de vigilância e controle, inibindo a pesca comercial dentro dos limites marítimos do PARNA do Cabo Orange, refletindo, também, nas incursões de desencorajamento de pessoas no interior do parque. Estabelecimento de casas (ranchos) e queimadas.

O chefe do PARNA, também, ressaltou as razões que fizeram cessar a parceria de fiscalização com os órgãos franceses e explica que “ficamos por muito tempo esperando por financiamento das operações por parte do ICMBio e com os poucos recursos essa possibilidade de financiamento foi frustrada” e acrescenta que a sequência das atividades ficaram apenas com o “aporte financeiro das instituições francesas” e aos poucos os franceses foram reduzindo os recursos até o encerramento da parceria entre os dois países. Segundo o entrevistado, as poucas operações estão acontecendo apenas via terrestre e no rio, ambientes onde são possíveis fazer de automóvel e lancha (voadeira) movidas a motores de pouca gasolina. Porém, com pouco poder de inibição dos possíveis infratores de maior poder de impacto dentro do parque, os pescadores externos, geralmente do Pará.

Segundo Ricardo Pires, chefe do Parque o ICMBio conta atualmente com cinco fiscais, um automóvel (Tipo pick-up, marca Toyota) e duas lanchas de alumino (tipo voadeira) com motores de popa e uma barco médio de madeira com motor de centro para a atividade de fiscalização no entorno e dentro da UC. Dispõem também, de um ponto de apoio na antiga vila do Taperebá, que serve de hospedagem, com acesso à internet e energia solar (foto voltaica), onde constantemente ficam fiscais que fazem rondas para coibir possíveis práticas e ações delituosas que afetam o ambiente e os recursos naturais da unidade. As infrações que ocorrem na área são, geralmente: desmatamentos, queimadas, pesca ilegal, caça e tráfico de animais. Estes crimes podem ser cometidos por pessoas de Vila Velha do Cassiporé ou por pescadores invasores de outros estados, que pescam na costa atlântica do Cabo Orange.

Com a presença dos fiscais dentro do parque, segundo o entrevistado, ocorre redução significativa de crimes ambientais e destaca que, atualmente, é praticamente inexistentes as queimadas que ocorriam para a formação de pastagens para búfalos. O colaborador da pesquisa destaca que acredita “que os moradores perceberam que não compensa fazer queimadas no campo no período de estiagem”.

É importante destacar que os rebanhos de bubalinos que ainda estão dentro do parque, são remanescentes de criadores que usavam essa área como pasto antes da criação da unidade e por razões diversas esse rebanho não foi retirado e permanece até hoje. Com relação as queimadas, o chefe do parque acrescenta “que os criadores não acham mais interessante fazer queimadas, vejo como medida muito positiva para nós, percebem que não há retorno na queima”.

Com relação caça de animal silvestre para subsistência, o colaborador afirma que sempre existiu, com certo grau de dificuldades para coibir. Essa prática é terminantemente proibida, seja dentro ou fora do PARNA. É uma atividade ilegal e deve ser duramente reprimida, especialmente a sua comercialização. O chefe da UC acrescenta que “a caça pode acontecer mais em terra firme, e estamos constantes passando no ramal de acesso a Vila Velha e BR-156 e não toleramos, faremos apreensão e lavramos atos infracionais”.

Sobre a caça o colaborador continua afirmando que “dificilmente acontece pois seria um grande prejuízo para o dono veículo que porventura venha transportar

caça viva ou morta, as normas punem com severidade”. Entretanto, vale destacar que nos últimos três anos não constam apreensões ou multados em decorrência de crimes ambientais de residentes no distrito de Vila Velha do Cassiporé.

O administrador do parque considera que a relação entre os moradores de Vila Velha do Cassiporé e a gestão da UC respeitosa e acredita que “o trabalho de conscientização ao longo do tempo têm resultados positivos atualmente”. Desataca que com diálogos e serenidade é possível resolver conflitos como no caso de um residente ainda dentro da UC e lembra que “um morador local queria estabelecer comércio de bebida alcoólica e foi orientado a cessar”, e assim o fez, atendendo a recomendação. No entanto, explica que “apreensão de rede de pesca já aconteceu sim, mas há muitos anos atrás” de um morador do Taperebá, mais do Vila Velha e Cunani não ocorreram problemas de infrações e apreensões e explicou que

Trabalhamos com conscientização e intervenções, já derrubei barraco que estavam construindo lá dentro da APP, dei um prazo para desmontar e levar o material, eu falei se eu derrubar eu vou destruir, você não vai recuperar nada da madeira e telhado, como não tirou eu derrubei tudo. A ideia é evitar multar, conversar e se persistir não vejo problemas em multar, especialmente pescadores intrusos em barcos de fora.

De certo modo em todas as relações sociais existem discordâncias, conflitos e tirada de consensos, mesmo porque a população tem a sensação de que o ICMBio e os fiscais são agentes das restrições e punição. Entretanto, o chefe do parque destaca que as “roças de melancia são todas dentro da APP, em lugar nenhum acontece assim, mais reconhecemos a necessidade da cultura como razões sociais e de baixo poder de impacto ambiental”. A semeadura da melancia acontece na baixa do volume hídrico do rio, no período de estiagem e colhidas antes da cheia, lembrando que a área fica parte do ano inundada. Assim, o chefe do PARNA afirma que não precisam desmatar ou fazer queimas e devem aproveitar a fertilidade do solo e humos acumulados no terreno, a esse respeito o entrevistado destacou.

Apercebo que modificações, ação das roças são muito impactantes, precisamos buscar maneiras de restringir, você passa está tudo verde, depois cresce tudo, não é isso que a gente quer, a vegetação da APP deveria ser a tópica, clímax, meu sonho é ver a

toda recuperada, tento fazer, conversando, delimitando aos poucos, não pode deixar solto, as nossas ações e presença levará para regeneração total da área.

O colaborador do estudo ratificou que estão dialogando para ordenar as roças, definindo local, tamanho que pode fazer. Assegura que é necessário para evitar serviços terceirizados com pagamento de diárias e explica que são pequenos agricultores e as roças devem ser em áreas restritas, onde já acontece para prevenir uma possível expansão e impedir que aconteça exploração comercial, arrendamento, mecanização e uso de agrotóxicos. Com relação a este tema, o chefe do parque afirmou que

O cacau do Cassiporé sai de dentro do Parque e existe uma condição que é o direito real de uso e ICMBio está aceitando esse recurso do Parque, existe um canal para isto, agora se não for coletivo, a comunidade precisa estar envolvida, se for particular não vai rolar, você tirar recurso de dentro da APP, dentro da Lei não pode. Tem um entendimento agora de uso, para poder usar tem que ser uma atividade que a comunidade esteja ganhando, se for lucro para uma pessoa vai ter que parar com aquilo, dá uma pena, é uma atividade bem estruturada, se a comunidade estiver envolvida fica mais interessante, dá para rolar um termo, uma coisa assim.

Com relação ao ramal que liga a comunidade a BR-156 o colaborador da pesquisa afirma que a abertura e posterior construção do ramal foi planejado e o seu traçado foi feito pela parte densa da floresta. O ramal corta a floresta de terra firme e alguns igarapés, em alguns trechos recebeu aterros. Esse ramal está nas proximidades, bordejando o limite da reserva indígena do Uaçá e se aproxima dos limites do PARNA Cabo Orange, que em tese, facilita o acesso de pessoas das diversas áreas à comunidade, assim, como a abertura de roças e extração e transporte de madeira para o uso do próprio assentado. A esse respeito o gerente do parque pondera sobre a construção do ramal afirmando que

Para nós facilitou muito a chegarmos, mas houve uma derrubada grande da floresta ali, que é um assentamento, têm essa finalidade, me doeu. Tem facilitado a entrada de pessoas para pescar, se pegarmos não há conversa, vamos fazer os procedimentos de apreensão e autuação de multas. Também, acho que a vila cresceu um pouco mais, tem novas casas na comunidade.

O chefe do parque considera que a relação entre comunidade e PARNA é necessária é que seja amistosa, pois, é um pacto que é bom para ambos. O fomento na contratação de dez brigadista de prevenção à incêndios é um mecanismo frutíferos, que aproxima a comunidade e conta com o apoio de moradores. Segundo o chefe do PARNA, o Ministério do Meio Ambiente investe recursos todo ano para contratar uma quantidade considerável de moradores locais por um período de seis meses, na média com um salário-mínimo mensal. E uma oportunidade de emprego e renda, como também eles se encarregam de ajudar na patrulha de vigilância, se responsabilizam pela conservação de maneira geral, inclusive das desovas das tartarugas e tracajás, acompanhando a eclosão dos ovos e solturas dos quelônios.

Além dos brigadistas, o ICMBio fez a contratação de 12 Agentes Temporários Ambientais (ATA), que foram contratados em processos simplificados para poderem atuarem como auxiliares no monitoramento patrimonial e ambiental, bem como, na colaboração à gestão da UC, são os agentes de assistência à fiscalização ambiental e agentes de amparo ao uso público. Com essas contratações há injeção de recursos na comunidade. Segundo o administrador do PARNA, nos últimos anos já passa de um milhão de reais em salários pagos para a população local e isso se tornou uma fonte de renda importante para as famílias e de maneira indireta faz circular moeda e serviços na comunidade.

O entrevistado concluiu sua fala explicando que no contexto da diversificação das atividades econômicas, há tentavas para atrações turísticas para a contemplação e consumo de produtos naturais e emersão no cotidiano da população local, especialmente, devido a presença de europeus na região. Assim, é necessário buscar condições de atendimento para este setor que se mostra executável e com viabilidade possível e promissora.

### 3.5 REMANESCENTES DE QUILOMBO DE VILA VELHA DO CASSIPORÉ

Uma última análise a ser realizada é com relação a condição da comunidade de Vila Velha do Cassiporé ser uma CRQ, instituída pela FCP, por meio da Portaria nº 201/2015. Neste quesito, foi perceptível um problema, que é um dos casos mais emblemáticos que envolve a população, pois houve a

reivindicação desta condição por algumas famílias, porém, quando perguntados se se consideravam remanescentes de quilombo, apenas 14% afirmaram que sim. Os outros, 86%, negam veementemente essa condição e é visível na expressão e nas respostas (com certa repulsa) daqueles que não se sente quilombola, a antipatia pelo tema.

A dicotomia e a litigância sobre esse assunto ocorrem entre as lideranças da comunidade e, até mesmo, dentro de um mesmo no núcleo familiar. Os que não se consideram como remanescentes de quilombo comentam que houve imposição do grupo menor para o estabelecimento da CRQ. Este grupo teria usado de artifícios não legais para o reconhecimento do distrito como área quilombola, sendo que esta condição não seria a realidade da população.

De maneira geral ser quilombola é se sentir pertencente a uma determinada condição, é se identificar com valores, culturas e costumes, construindo relações de pertencimento com o território e estabelecendo sua territorialidade. É manter ligações próximas à grupos que cultivam o mesmo sentimento e, de certo modo, compartilham de mesmo laço indenitário.

A cultura quilombola, enquanto esfera social, permite aos indivíduos expressarem seus valores e princípios e, vincularem-se de forma simbólica e afetiva ao grupo. Os Povos quilombolas têm direito ao acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento e é responsabilidade do Estado garantir que essas comunidades tenham acesso igualitário a esses serviços, levando em consideração suas necessidades específicas.

Entretanto, mesmo com a condição CRQ, Vila Velha do Cassiporé não é atendida eficientemente pelos serviços básicos de saúde, educação e saneamento, que são previstas legalmente para essas populações, ou seja, mesmo sendo considerada uma comunidade especial, as condições de vida permanecem precárias, com reduzidas políticas públicas sendo executadas, o que diminui a qualidade de vida dos comunitários.

## CONSIDERAÇÕES

Diante dos propósitos formulados na pesquisa, no problema e na hipótese levantada, observou-se que a hipótese da pesquisa foi confirmada. Pois, os assentados que ao longo dos tempos buscam dinamizar sua renda, melhorar suas condições sociais e permanecer no campo, não conseguem devido as inúmeras dificuldades enfrentadas pela população, visto que os desafios para ter uma terra produtiva e economicamente rentável necessita de esforços do assentado e políticas públicas implementadas por órgãos governamentais, bem como serviços e equipamentos públicos no distrito sede do assentamento.

A pesquisa em campo vislumbrou, também, um cenário de transformações socioeconômicas e que devem abarcar um conjunto de medidas para melhorem as condições de vida da população de Vila Velha do Cassiporé, pois, é um direito constitucional que determina que a terra pública seja destinada à reforma agrária, mais que seja efetivamente dada as condições de produtividade, para gerar renda e fornecer excedentes para a comunidade em geral. Prevê, ainda, que seja promovida as políticas efetivas de fixação e permanência das famílias no território, com assistência para melhor produção, beneficiamento e comercialização dos produtos. Entre eles, o aproveitamento melhor do cacau e do açaí, bem como toda cadeia que permeia a consorciação para o desenvolvimento de novas atividades mais sustentáveis que já são aplicadas, inclusive, com o desenvolvimento do extrativismo florestal, empreendedorismo local e turismo, por exemplo.

O desenvolvimento e melhorias na agricultura familiar dependem muito das políticas públicas voltadas ao homem do campo, ou seja, o produtor rural deve ter a oportunidade de ampliar a produtividade, além, de facilidades dos meios mais propícios para a comercialização e a financiamentos que corroborem na promoção de investimentos na propriedade, para uma agricultura familiar pujante é com maior oferta de produtos na mesa dos consumidores, como geração de emprego e renda, minimizando os conflitos no campo e proporcionando economia local.

É evidente que uma cadeia produtiva da agricultura familiar bem trabalhada, fortalecem os laços do campo e cidade, produtores e consumidores, medidas assim valoriza as famílias do campo com a mão de obra familiar, seus efeitos positivos alcançam a cadeia no mercado, a oferta de produtos frescos e é

uma tendência no desenvolvimento social, especialmente quando não são usados agrotóxicos. Como, também, mantendo a cultura da farinha local, tucupi, pimentas e frutas silvestres.

São diversas as vantagens para os produtores que se enquadram na agricultura familiar, inclusive para a economia. A agricultura familiar possui um apelo imensurável e relevante na segurança alimentar da população, sendo uma atividade que produz alimentos saudáveis, essenciais para o combate à desnutrição e obesidade. Assim, a implantação e o estímulo da produção familiar e certificações que instituições procuram para conceituar e valorar os produtos que tem essa origem tem se expandido, com selos que assegurem a qualidade e a padronização das mercadorias.

Contudo essas iniciativas direcionam incentivos para obter certa quantidade de matéria prima e produtos pré-elaborados de agricultores familiares, o que favorecem os produtores que fazem parte dessa política de valorização da produção manual e com qualidade certificada. A agricultura de subsistência que é praticado na comunidade de Vila Velha do Cassiporé pode ser caracterizado como um modo de vida incorporado na sua cultura, seu jeito de ser e viver que residentes ali construíram ao longo de sua vida. O panorama socioeconômico das famílias, o modo de ser, seus desafios e perspectivas representam a continuidade nas formas de se relacionar com a terra, a maneira de produção, o consumo, a relação familiar, os grupos comunitários, vizinhança, cultura e espaço local. São vidas construídas no lugar que caracterizam a comunidade.

E fundamental considerar que a comunidade faz parte do contexto amazônico. A natureza do espaço e contribuição histórico-social das populações ocupantes daquele lugar, pode ser creditado a outros aspectos marcantes da maneira de existência, estão contidos os trabalhos e as riquezas 'invisíveis', ou seja, esforços necessários ao trabalho rural, preservação do ambiente, manutenção pelos comunitários da cultura e dos recursos produzidos por eles, mas que não recebem o devido reconhecimento do poder público e da sociedade.

Sendo as famílias os responsáveis pela formação, fixação e continuidade na maneira de produzir alimentos e preservar o ambiente, sobretudo, com o conhecimento empírico e prático, com os fazeres de suas lidas e cuidados, com a

inexistência da qualificação formal, assim, dependem, apenas, do aprendizado que ganham ao longo de suas vidas.

Notadamente é visível o emprego da mão-de-obra familiar, inclusive crianças e jovens nas atividades agropecuária, com o objetivo de aumentar a produtividade, especialmente na fábrica de farinha, retirada de açaí e ajuda na pesca. É um trabalho cooperativo onde toda família está de certa maneira envolvida na busca do sustento. Como também, o envolvimento nas questões sociais e comunitárias.

A busca de novas alternativas econômicas é almejada, compreendidas como economia doméstica que representa o conjunto de conhecimentos como: alimentação, pequenos comércios de produtos locais e serviços. Eles são desenvolvidos com o objetivo de proporcionar consumo consciente e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis produzidos ou reelaborado no lugar. Estas atividades econômicas doméstica são desempenhadas por pessoas que aplicam a criatividade pelos cuidados desempenhados dentro das famílias, estão relacionados à organização para gerar o recurso financeiro e circular a economia.

Assim, é possível a diversificação a produção e buscar alterações na dinâmica local com a perspectiva de incrementar a renda familiar. Uma das viabilidades é a possibilidade do turismo ecológico de contemplação e emersão no nos hábitos da população local, para conhecer e participar da vida ribeirinha que é comum na área.

É possível mencionar, também, que existem poucos investimentos públicos no intuito de implementações de políticas que visem o desenvolvimento da comunidade, seja na prestação de serviço ou fomentos. Assim, é plausível inferir que a integração de educação ambiental deve ser um processo dinâmico desenvolvido pelos órgãos gestores das áreas protegidas e não desenvolvam apenas ações repressivas. A partir da construção deste cenário é possível que o morador passe a se sentir parte do ambiente e possa buscar alternativas econômicas e a permanência no lugar a partir da sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Neste sentido, é necessário que a assistência governamental passe a ser irmanada com investimentos em uma agricultura mais rentável, visto que o modelo atual não proporciona boa produtividade, sendo onerosa e dificultosa para o

agricultor. A Comunidade quilombola pode ser um palco de resistência social, cultural e de identidade, não servindo de mecanismo político para segregação e divergências familiares, bem como, os assentados que já possuem suas áreas produtivas, possam garantir a segurança alimentar e seus excedentes serem comercializados, fornecendo alimentos a quem não produz, inclusive na área urbana do município de Oiapoque.

Portanto, aponta-se questionamentos que vislumbre a formulação de conhecimentos e que a efetiva produção científica seja o espelhamento e difusão de informação para o balizamento de políticas públicas efetivas para a comunidade em geral, sobretudo, no desenvolvimento da produção agrícola, bem como as relações socioambientais, minimizando os conflitos e divergências impostas pelas legislações, que objetivam a proteção e conservação socioambiental e cultural da população do distrito de Vila Velha do Cassiporé e do ambiente PARNA do Cabo Orange.

É imprescindível que as organizações civis e as instituições do poder público possam se apropriar das pesquisas realizadas na área, como está dissertação, para balizar suas fundamentações para estabelecimentos de relações e políticas que visem o desenvolvimento da região, agregando valores aos bens materiais e imateriais, especialmente do passado antropológico. Neste escopo é necessário subsidiar com informações se o local possui condições de oferecer ao município maior produção da agricultura familiar, extrativos florestais e pescado, bem como, desenvolver atividades ecoturísticas. Conhecer o lugar e suas potencialidades é imprescindível para fomentar mecanismos de integração social, melhorando a assistência social, educação, saúde, comunicação e transporte.

A longo do processo histórico de vivência com o PARNA do Cabo Orange os assentados já carregam uma identificação como contribuintes na vigilância e preservação, a relação já faz parte das suas histórias de vida e existência, entre conflitos e consensos, é de lá que muitos completam meios de subsistências. Na própria comunidade existe essa rede de colaboração e prestação de serviços por moradores ao órgão. Uma relação de colaboração e complementaridade, o PARNA faz parte da vida das pessoas.

Assim, apresentar a sociedade e a comunidade científica, em geral e, sobretudo, a comunidade de Vila Velha do Cassiporé, em particular, uma análise

acurada dos impactos socioambientais e socioterritoriais ocasionados à comunidade, no contexto do PARNA do Cabo Orange, do Projeto de assentamento da reforma agrária e da Comunidade Quilombola. E como desdobramento final, essa dissertação possa servir de referência para planejamento de políticas públicas de cunho socioeconômico e ambiental que melhore as condições de vida da população do distrito de Vila Velha do Cassiporé.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001438475>. Acesso em: 03 dez. 2023.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ANP - Agência Nacional do Petróleo. **Portaria nº 251**, de 07 de novembro de 2000 Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=182288#:~:text=Regulamenta%20o%20uso%20por%20terceiros,de%20petr%C3%B3leo%20e%20seus%20derivados.> Acesso em: 28 set. 2024.

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Resolução nº 5.998**, de 3 de novembro de 2022. Disponível em: [https://anttlegis.antt.gov.br/action/ActionDatalegis.php?acao=detalharAto&tipo=RES&numeroAto=00005998&seqAto=000&valorAno=2022&orgao=DG/ANTT/MI&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod\\_menu=5408&cod\\_modulo=161&pesquisa=tr ue](https://anttlegis.antt.gov.br/action/ActionDatalegis.php?acao=detalharAto&tipo=RES&numeroAto=00005998&seqAto=000&valorAno=2022&orgao=DG/ANTT/MI&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=5408&cod_modulo=161&pesquisa=tr ue). Acesso em: 28 set. 2024.

BECKER, B. K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia**: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2001

BRASIL, **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 7.578**, de 23 de maio de 1945. Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7578-23-maio-1945-417350-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Fixa%20a%20divis%C3%A3o%20administrativa%20e%20judici%C3%A1ria%20do%20Territ%C3%B3rio%20Federal%20do%20Amap%C3%A1.> Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 94.945**, de 23 de setembro de 1987. Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências (revogado pelo Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d94945.htm#:~:text=DECRETO%20No%2094.945%2C%20DE%2023%20D E%20SETEMBRO%20DE%201987.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20pro cesso%20administrativo,ind%C3%ADgenas%20e%20d%C3%A1%20outras%20p rovid%C3%A2ncias.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d94945.htm#:~:text=DECRETO%20No%2094.945%2C%20DE%2023%20D E%20SETEMBRO%20DE%201987.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20pro cesso%20administrativo,ind%C3%ADgenas%20e%20d%C3%A1%20outras%20p rovid%C3%A2ncias.) Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 22**, de 04 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0022.htm#:~:text=DECRETO%20No%2022%2C%20DE\\_vista%20o%20disposto%20no%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0022.htm#:~:text=DECRETO%20No%2022%2C%20DE_vista%20o%20disposto%20no%20art). Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL, **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000, Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e IV, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, 1988. Disponível em:

BRASIL. **Decreto nº 96.044**, de 18 de maio de 1988. Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências. Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D96044.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D96044.htm). Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 96.044**, de 18 de maio de 1988. Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d96044.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d96044.htm). Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 1.503**, de 15 de dezembro de 1951. Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá, para o quinquênio de 1949/1953. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l1503.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%201.503%2C%20DE%2015,O%20Q%C3%9CINQ%C3%9C%C3%8ANIO%20DE%201949%2F1953](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1503.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%201.503%2C%20DE%2015,O%20Q%C3%9CINQ%C3%9C%C3%8ANIO%20DE%201949%2F1953). Acesso em: 20 out. 2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Legislação referente à política pública de regularização de territórios quilombolas**. Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/acao-a-informacao/auditorias/sr21ap\\_2016.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/acao-a-informacao/auditorias/sr21ap_2016.pdf). Acesso em: 04 nov. 2022.

BRASIL. **Portaria ANP nº 251**, de 07 de novembro de 2000. Regulamenta o uso por terceiros, mediante remuneração adequada ao titular, dos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, autorizados pela ANP para a movimentação de petróleo e seus derivados. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=182288#:~:text=Regulamenta%20o%20uso%20por%20terceiros,de%20petr%C3%B3leo%20e%20seus%20derivados>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CAZAROTTO, R. T. Leituras de Friedrich Ratzel na produção geográfica brasileira contemporânea. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Nº 30, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/37486>. Acesso em: 28 set. 2024.

COSTA, R. S. da; LIMA, R. Â. P. **Territorialidade e Conflitos em Vila Velha do Cassiporé: Políticas Públicas para o Desenvolvimento**. In Geografia: a terra como palco das relações entre sociedade e meio/Organizador: BASQUEROTE, A. T. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/territorialidade-e-conflitos-em-vila-velha-do-cassipore-politicas-publicas-para-o-desenvolvimento>. Acesso em: 04 out. 2022.

FCP - **Fundação Cultural Palmares**. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

FCP - Fundação Cultural Palmares. **Portaria Nº 201**, de 29 de dezembro de 2015/Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/12/2015&jornal=1&pagina=23&totalArquivos=200>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. Disponível em: <https://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FILOCREÃO, A. S. M; SILVA, I. C da. A política de assentamentos rurais no Estado do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 9, n. 3, p. 145-171, dez. 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/311782773\\_A\\_POLITICA\\_DE\\_ASSENTAMENTOS\\_RURAIIS\\_NO\\_ESTADO\\_DO\\_AMAPA](https://www.researchgate.net/publication/311782773_A_POLITICA_DE_ASSENTAMENTOS_RURAIIS_NO_ESTADO_DO_AMAPA). Acesso em: 20 nov. 2023.

GOMES, E. L. dos S. **Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. - 2007. Disponível em: <https://ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2007/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Eduardo%20Gomes.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

GOMES, F. dos S. (Org.). **Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira, Séculos XVIII-XIX**. Editora Universitária/UFPA, 1999. Disponível em: <https://dokumen.pub/qdownload/nas-terras-do-cabo-norte-fronteiras-colonizaao-e-escravidao-na-guiana-brasileira-seculos-xviii-xix.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

GRANATO, F. Por um fio. **Revista Globo Rural**, Editora Globo, Rio de Janeiro, edição 285, jul. 2009. Disponível em: [https://www.assineglobo.com.br/hotsite/globorural-copo/?site\\_par=1&origem\\_par=1&formato\\_par=gr\\_copoSEARCH&versao\\_par=GOGLE\\_CPC&utm\\_source=google\\_cpc&utm\\_medium=search&utm\\_campaign=g\\_gr\\_coposearch&qad\\_source=1&qclid=Cj0KCQiA3sq6BhD2ARIsAJ8MRwUvuxrDFPKWM2RG7IP30a5oJzJflf3Xxqp4hqkPrnCogvpixcnSeFMApvpfEALw\\_wcB](https://www.assineglobo.com.br/hotsite/globorural-copo/?site_par=1&origem_par=1&formato_par=gr_copoSEARCH&versao_par=GOGLE_CPC&utm_source=google_cpc&utm_medium=search&utm_campaign=g_gr_coposearch&qad_source=1&qclid=Cj0KCQiA3sq6BhD2ARIsAJ8MRwUvuxrDFPKWM2RG7IP30a5oJzJflf3Xxqp4hqkPrnCogvpixcnSeFMApvpfEALw_wcB). Acesso em: 15 mar. 2024.

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2007, p.37- 46. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/download/141/133>. Acesso em: 28 set. 2024.

HEIDTMANN NETO, H. G. C. **A Sensibilidade Territorial das Políticas Públicas: um estudo em comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal**. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.2008. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/0f5ab1f2-499b-4d68-9004-5e77a714f495/content>. Acesso em 15 jan. 2024.

HERNÁNDEZ, Sampieri, R.; FERNÁNDEZ Collado, C.; BAPTISTA Lucio, P. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill. 2006.

HILBERT, P. P. Contribuição à arqueologia do Amapá. Fase Aristé. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Nova Série, Antropologia, n. 1, p. 1-37, 1957. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/733/1/B%20MPEG%20Ant%20n1%201957%20HILBERT.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 jan. 2024.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/PORTARIA%20N%C2%BA%2006,%20DE%2017%20DE%20JANEIRO%20DE%202011..pdf>. Acesso em 20 mar. 2023.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/sr21-ap\\_2019.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/sr21-ap_2019.pdf). Acesso em: 01 nov. 2023.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa (IN) nº 20**, de 19 de setembro de 2005. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=76183>. Acesso em: 01 nov. 2023.

ItauCultural: **Patrimônio arqueológico de Vila Velha do Cassiporé é foco de projeto de valorização**, 02 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/secoes/rumos/patrimonio-arqueologico-de-vila-velha-do-cassipore-e-foco-de-projeto-de-valorizacao>. Acessado em: 20 mar. 2024.

KASTRUP, V. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. **Educação & Sociedade**, vol. 26, núm. 93, septiembre-diciembre, 2005, pp. 1273-1288 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87313713010.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

LIMA, R. Â. P. de; JUCÁ, T. S. da S. Conflitos entre o Parque Nacional do Cabo Orange e a Comunidade Remanescente do Quilombo de Cunani, no Estado do Amapá. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 2, n. 3, p. 153-174. jan./jun. 2015. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/291423964\\_CONFLITOS\\_ENTRE\\_O\\_PARQUE\\_NACIONAL\\_DO\\_CABO\\_ORANGE\\_E\\_A\\_COMUNIDADE\\_REMANESCENTE\\_DO\\_QUILOMBO\\_DE\\_CUNANI\\_NO\\_ESTADO\\_DO\\_AMAPA](https://www.researchgate.net/publication/291423964_CONFLITOS_ENTRE_O_PARQUE_NACIONAL_DO_CABO_ORANGE_E_A_COMUNIDADE_REMANESCENTE_DO_QUILOMBO_DE_CUNANI_NO_ESTADO_DO_AMAPA). Acesso em 15 nov. 2023.

LUDWIG, A. C. W. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

MORAES, A. C. R. Geografia, **Interdisciplinaridade e metodologia**. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 09-39, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81075. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81075>. Acesso em: 4 outubro. 2022.

MORAES, J. de M. O Rio Oiapoque. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 3-61, 1964. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1964\\_v26\\_n1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1964_v26_n1.pdf). Acesso em: 20 dez. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

PECQUEUR, B; ROUSIER, N. **A guinada territorial da economia global**. 1992. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/A\\_guinada\\_territorial\\_da\\_economia\\_global.pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/A_guinada_territorial_da_economia_global.pdf). Acesso em: 15 jan. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. **Human Territoriality: A Theory**. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 73, No. 1. (Mar., 1986). Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8306.1983.tb01396.x>. Acesso em: 04 nov. 2024.

SANTOS, M; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec. Annablumme, 2002.

SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, v. 8, n. 15, 4 fev. 2010. Disponíveis em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13511>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SILVA, M. A. da. **Galibi Marworno, Palikur, Galibi Kaliña e Karipuna: demarcando territórios e territorializações – Oiapoque/AP – Amazônia**. Tese de doutorado- UNESP, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/items/dc896a1c-88ce-41a7-ac7e-4e0f812ae6c9>.

Acesso em: 15 jan. 2024.

SOARES, A. P. A. **Travessia: Análise de uma situação de passagem:** Oiapoque e Guiana Francesa. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) da faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo 1995. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000745014>. Acesso em: 15 jan.2024.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/16135-Texto%20do%20artigo%20sem%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20autores-63978-1-10-20120224.pdf>. Acesso em 15 jan. 2024.

VIDAL, L. B. Galibi do Oiapoque: história do contato e aspectos contemporâneos. 2016. In: VIDAL, L. B; LEVINHO, J. C; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs). **A presença do invisível: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque** (2016.) Rio de Janeiro: Editora: Museu do Índio Local: Rio de Janeiro, 2016.

ZAGHETTO, S. **História de Oiapoque:** como arquivo e as memórias de Roque Pennafort. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:2019:001145393>. Acesso em 15 jan. 2024.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE I



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**QUESTIONÁRIOS COM SUJEITOS DA PESQUISA MORADORES DA VILA  
VELHA**

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

1. Natural da localidade? Quantos anos mora na localidade?
2. Quais suas atividades econômicas? Qual a principal fonte de renda?
3. Se identifica como quilombola?
4. Possui alguma atividade econômica/pesca de subsistência/ extrativismo dentro do PNCO?
5. Já teve algum desentendimento/litigância com IBAMA/ICMBio?
6. Foi multado por infrações ambientais?
7. Qual a sua percepção sobre PNCO e as condições sociais dos moradores da comunidade? Tem interferência no cotidiano? Quais?
8. É assentado da Reforma Agrária ou usa lote da Família? Qual o tamanho do lote?
9. O que o INCRA tem feito para a melhoria dos assentados?
10. Quais as principais dificuldades que os moradores enfrentam?
11. Indique que medidas, ações que favoreceria as condições de vida dos moradores?
12. Pretende continuar morando na localidade? Que motivos leva a continuar residindo na localidade?

## APÊNDICE II



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA O CHEFE DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

Data \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

1. Qual a principal função e importância da criação do PNCO?
2. Quantos funcionários e colaboradores diretos o PNCO possui?
3. Que ações/medidas o ICMBio têm realizado junto a população de Vila Velha para evitar infrações ambientais?
4. Quantas multas foram aplicadas a moradores de Vila Velha por infrações ambientais nos últimos dois anos? Qual o montante do valor das multas?
5. Quais as principais infrações ambientais são cometidos por moradores de Vila Velha no PNCO?
6. Como considera a relação ICMBio e moradores do Vila Vela?
7. O que poderia ser feito para estreitar as relações ICMBio e moradores locais para proteção ambiental e desenvolvimento socioambiental?
8. Como o ICMBio têm lidado com algumas atividades econômicas ainda dentro do PNCO?

## APÊNDICE III



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Resolução 466/2012 CNS/CONEP)**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa denominada “DINÂMICAS TERRITORIAIS NO EXTREMO NORTE DO AMAPÁ: o distrito de Vila vela do Cassiporé e sua gente”, sob a responsabilidade do pesquisador IVANILDO LUCIANO DA LUZ, a qual pretende “Analisar os impactos socioambientais e socioterritoriais na comunidade de Vila Velha do Cassiporé, no contexto do PARNA do Cabo Orange, do Assentamento da Reforma Agrária e do Território quilombola, no município de Oiapoque, no estado do Amapá”.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de disponibilidade de informações coletadas em entrevista semiestruturada para compor banco de dados da pesquisa.

A importância e relevância da pesquisa para a comunidade é fundamental por apresentar a sociedade e comunidade científica, em geral, e a comunidade de Vila Velha do Cassiporé, em particular, uma análise acurada dos impactos socioambientais e socioterritoriais ocasionados à comunidade, no contexto do PARNA do Cabo Orange, do assentamento da reforma agrária e do território quilombola.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são de possibilidade de stress do entrevistado com algumas perguntas que o (a) Sr (a) não se sinta confortável em responder. Se você aceitar participar, estará contribuindo para a comunidade local no sentido de gerarão de um instrumento científico de consulta que possa colaborar com o poder público e sociedade civil em geral no âmbito do pensar políticas públicas.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa de acordo com a Resolução CNS nº 466/12 e complementares. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço: Avenida Tucumã,414, bairro Morada das Palmeiras, Macapá - AP, pelo telefone (96) 991518715 e e-mail:luzivanildo@gmail.com, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNIFAP, telefone: (96) 4009-2804/ 96 99118-9717.

## Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura do participante  
Impressão do dedo polegar  
Caso não saiba assinar

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



\_\_\_\_\_  
**Ivanildo Luciano da Luz**  
Pesquisador Responsável  
(96) 991518715luzivanildo@gmail.com

## **ANEXOS**

## ANEXO I



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAPÁ COMITÊ DE ÉTICA EM  
PESQUISA

### CERTIFICADO

**Título da Pesquisa:** Dinâmicas Territoriais no Extremo Norte do Amapá

**Pesquisador Responsável:** Ivanildo Luciano da Luz

**CAAE:** 74080323.1.0000.0003

**Submetido em:** 14/02/2024

**Instituição Proponente:** Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

**Situação da Versão do Projeto:** Parecer Consubstanciado Emitido (Aprovado)

**Localização atual da Versão do Projeto:** Pesquisador Responsável

Certificamos que o Projeto cadastrado está de acordo com os Princípios Éticos na Experimentação Humana, adotados pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em reunião realizada em 15/02/2024.

Macapá, 30 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **RAFAEL LIMA RESQUE**  
Data: 31/10/2024 16:18:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Rafael Resque  
Coordenador - CEP-UNIFAP Portaria nº 0647/2024

Universidade Federal do Amapá  
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - UNIFAP  
Rod. JK km 2, Marco Zero CEP 68908-130 – Macapá – AP - Brasil  
Email: cep@unifap.br

# ANEXO II

Nº 249, quarta-feira, 30 de dezembro de 2015

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

23



## PORTARIA Nº 201, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 17 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de Autodeterminação e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

COMUNIDADE POVOADO MOINHO, localizada no município de Alto Paraisópolis/GO, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.240, fl.060 - Processo nº 01420.013360/2014-05.

COMUNIDADE ANA LAURA, localizada no município de Piracanjuba/GO, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.241, fl.061 - Processo nº 014250.007328/2014-35.

COMUNIDADE BOA NOVA, localizada no município de Professor Jamil/GO, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.242, fl.062 - Processo nº 014250.011634/2014-13.

COMUNIDADE BOA FÉ, BOM JESUS, PALMERAL, ILHA DOS POÇOS E CARÃO, localizada no município de São João Batista/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.243, fl.063 - Processo nº 01420.012425/2014-97.

COMUNIDADE SANTA BÁRBARA, LAGOA DA MARIA ROSA E FERRUGEM, localizada no município de Vargem Grande/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.244, fl.064 - Processo nº 01420.005941/2014-65.

COMUNIDADE CAPIM-ACÚ II, localizada no município de São João Batista/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.245, fl.065 - Processo nº 01420.012424/2014-42.

COMUNIDADE GUAJARA, localizada no município de Turilândia/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.246, fl.066 - Processo nº 01420.015396/2013-34.

COMUNIDADE BEIRADA E QUIRIRI, localizada no município de São João Batista/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.247, fl.067 - Processo nº 01420.012429/2014-75.

COMUNIDADE OLHOS D'ÁGUA DOS BATATAS, localizada no município de Ibipecta/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.248, fl.068 - Processo nº 01420.016373/2014-28.

COMUNIDADE MURIBECA, ABADE E SANTO ANTÔNIO, localizada no município de Ibipecta/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.249, fl.069 - Processo nº 014250.001480/2007-22.

COMUNIDADE ALEIXO, localizada no município de Ibipecta/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.250, fl.070 - Processo nº 01420.016377/2014-14.

COMUNIDADE LAGEDINHO E SÃO VICENTE, localizada no município de Ibipecta/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.251, fl.071 - Processo nº 01420.016375/2014-17.

COMUNIDADE RAIZ, localizada no município de Presidente Kubitschek/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.252, fl.072 - Processo nº 01420.012772/2014-10.

COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO MATAPI, localizada no município de Santana/AP, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.253, fl.073 - Processo nº 014250.001480/2007-22.

COMUNIDADE VILA VELHA DO CASSIPORÉ, localizada no município de Otapoque/AP, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.254, fl.074 - Processo nº 01420.012605/2013-98.

COMUNIDADE SÃO GERALDO, localizada no município de Coração de Jesus/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.255, fl.075 - Processo nº 01420.008801/2015-20.

COMUNIDADE BORÁ, localizada no município de Brasília de Minas/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.256, fl.076 - Processo nº 01420.007844/2014-15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA DA SILVA ABREU

## SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

### PORTARIA Nº 164, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 598, de 20 de março de 2015 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º - Aprovar a complementação orçamentária do projeto audiovisual, relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

### 150984 - FESTIVAL DO RIO 2015

CIMA - Centro de Cultura, Informação e Meio Ambiente  
CNPJ/CPF: 00.468.786/0001-76  
Processo: 01400.005787/2015-41  
RJ - Rio de Janeiro  
Valor complementar aprovado RS: 2.762.023,34  
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO VIEIRA RIBEIRO

## SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

### PORTARIA Nº 752, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

## ANEXO I

### ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)

154481 - Dança na Cidade  
Instituto Terra Nova  
CNPJ/CPF: 08.596.279/0001-20  
Processo: 01400045203201570  
Cidade: Teresópolis - RJ;  
Valor Aprovado: R\$ 396.950,00  
Prazo de Captação: 30/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O Projeto Dança na Cidade realizará oficinas de formação em ballet (clássico e moderno), Hip Hop (break) e Capoeira (com roda de samba e maculelê) voltadas para crianças, adolescentes e jovens, moradores das comunidades do Complexo de Favelas da Maré. Com duração de 12 meses, o projeto atenderá a 120 jovens e será realizado no Centro Comunitário de Educação da ACB/RJ, localizado na Vila do João, Maré. Terá como culminância 10 apresentações artísticas nas escolas públicas locais, do espetáculo que será montado, disseminando, assim, a democratização e o acesso à arte.

158871 - GAVIÕES DA FIEL CARNAVAL 2016  
Grêmio Gaviões da Fiel Torcida Força Independente  
CNPJ/CPF: 46.549.010/0001-81  
Processo: 01400068063201531  
Cidade: São Paulo - SP;  
Valor Aprovado: R\$ 2.309.420,00  
Prazo de Captação: 30/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Realização do desfile da Escola de Samba do Grêmio Gaviões da Fiel no carnaval de São Paulo. A escola pertence ao Grupo Especial e realizará sua apresentação no Sambódromo, em fevereiro de 2016, com enredo "É Fantástico! Imagine, admire e sinta!".

155370 - Hábitos Saudáveis em Cena II  
FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CNPJ/CPF: 38.894.796/0001-46  
Processo: 01400058417201514  
Cidade: São Paulo - SP;  
Valor Aprovado: R\$ 390.549,50  
Prazo de Captação: 30/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O projeto "Hábitos Saudáveis em Cena II" é a segunda edição do "Projeto Hábitos Saudáveis em Cena", e fará 40 apresentações do espetáculo teatral "Afinal, o que faz bem e o que faz mal?" em escolas públicas de três municípios brasileiros localizados no Território Estratégico de Suape em Pernambuco. As apresentações serão precedidas por um conjunto de 8 encontros de sensibilização com a comunidade escolar, nos quais serão abordados assuntos relacionados aos temas abordados na peça, os hábitos saudáveis, por meio de atividades lúdicas, didáticas e convidativas, como meio pedagógico de introduzir temas importantes e também mediar a interpretação de um espetáculo teatral, pouco conhecido da população local.

### 1510263 - PARTIMPIM - O MUSICAL

Sevann Produções Artísticas Ltda.  
CNPJ/CPF: 11.419.895/0001-10  
Processo: 01400072268201598  
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;  
Valor Aprovado: R\$ 3.927.280,00  
Prazo de Captação: 30/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: PARTIMPIM É UM ESPETÁCULO MUSICAL TEATRAL INÉDITO BASEADO NA COLEÇÃO DE CANÇÕES PARA CRIANÇAS DA CANTORA ADRIANA CALCANHOTTO. O ESPETÁCULO SE REALIZARÁ DA SEGUINTE FORMA: 48 APRESENTAÇÕES NO RIO DE JANEIRO (3 MESES), 32 APRESENTAÇÕES EM SÃO PAULO (2 MESES), 32 APRESENTAÇÕES EM TURNÊ PELAS 8 CAPITAIS BRASILEIRAS APRESENTADAS NO DESLOCAMENTO (3 MESES). O ESPETÁCULO SE APRESENTARÁ EM TEATROS PRIVADOS.

159371 - Plano Anual - Pequenas Damas 2016  
ASSOCIACAO DAS DAMAS DE CARIDADE DE ARA-PONGAS

CNPJ/CPF: 78.014.529/0001-51  
Processo: 01400069807201510  
Cidade: Arapongas - PR;  
Valor Aprovado: R\$ 167.757,97  
Prazo de Captação: 30/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O Plano Anual de Atividades "Pequenas Damas" 2016 visa estimular, 45 (quarenta e cinco) crianças e adolescentes do sexo feminino, com idade entre 7 (sete) a 14 (quatorze) anos, no período vespertino, o desenvolvimento de habilidades e práticas voltadas ao universo cultural, lúdico, artístico, de lazer, através de Oficinas gratuitas de: Música Instrumental (violão, flauta-doce) e Canto Coral; Artesanato (tricô, crochê, reciclagem, diferentes bordados); Artes; Teatro, Dança, Leitura Criativa e capoeira. No decorrer das Oficinas, serão realizados apresentações em festivais culturais no município, levando a cultura para os demais segmentos da população de Arapongas.

158850 - Plano Anual Companhia Suspensa 2016  
Companhia Suspensa  
CNPJ/CPF: 01.767.363/0001-72  
Processo: 01400068021201577  
Cidade: Belo Horizonte - MG;  
Valor Aprovado: R\$ 558.360,00  
Prazo de Captação: 30/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: A Companhia Suspensa, fundada em 1999 e sediada no bairro Vale do Sol, no município de Nova Lima, propõe com o presente projeto, a manutenção da Companhia para a realização das seguintes atividades: 1 - Dar continuidade às atividades de formação dos artistas da Companhia e do entorno; 2 - Dar continuidade a Programação do C.A.S.A Centro de Arte Suspensa e Amatrix, através dos seguintes programas: C.A.S.A. em Pauta (seminários) Sábado em C.A.S.A. (voltado para comunidade) C.A.S.A. Mostra (apresentações de espetáculos) C.A.S.A. Conexões (parceria com grandes Festivais e eventos) C.A.S.A. Residência (residências artísticas) 3 - Realizar a circulação de um dos espetáculos do repertório da Companhia - "1-p/3", "Órbita" e "Sobrevoa", por 3 cidades do Brasil.

159652 - Ponto de Partida - Plano Anual 2016  
Associação Cultural Ponto de Partida  
CNPJ/CPF: 19.556.190/0001-56  
Processo: 01400070159201536  
Cidade: Barbacena - MG;  
Valor Aprovado: R\$ 3.631.070,00  
Prazo de Captação: 30/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Manter e ampliar as inúmeras atividades, programas e projetos do Grupo Ponto de Partida, em 2016 e ainda comemorar seus 35 anos de trajetória. Consolidar a implantação do espaço cultural Estação Ponto de Partida, com suas atividades de ocupação e programação. Criar e montar um novo espetáculo que aprofunda a nossa pesquisa de linguagem e circular com espetáculos do nosso repertório, por 11 cidades, totalizando 30 apresentações, são os objetivos desse projeto.

158859 - Programa Contém Cultura 2016 Plano Anual  
Instituto Caracol  
CNPJ/CPF: 11.564.315/0001-88  
Processo: 01400068030201568  
Cidade: Navegantes - SC;  
Valor Aprovado: R\$ 457.910,00  
Prazo de Captação: 30/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O Programa Contém Cultura 2016 é uma ação continuada que irá para o quarto ano e contempla como produto principal o plano anual com oficinas de dança, canto e musicalização, teatro e mediação de leitura oferecidas gratuitamente a crianças e adolescentes da cidade de Navegantes, SC. O Programa pauta-se pelas diretrizes do Plano Nacional de Cultura, principalmente no que diz respeito a produção e difusão dos bens simbólicos. Isso se dá pois as ações de formação do Programa Contém Cultura que acontecem no Espaço Contém Cultura se desdobram em ações itinerantes na Biblioteca Volante Contém Cultura. A Biblioteca Volante é um equipamento cultural adaptado em um contêiner de 12 metros equipado com livros, ar condicionado, espaço para oficinas, rodas de histórias e cinema.